

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	40

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	24/04/2017	Ordinária		1,59158
Reunião do Conselho de Administração	11/08/2017	Juros sobre Capital Próprio	29/08/2017	Ordinária		1,48811

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	6.550.918	6.337.473
1.01	Ativo Circulante	3.917.824	3.811.743
1.01.01	Disponibilidades	156.466	138.761
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	954.304	1.341.883
1.01.02.01	Aplicações no mercado Aberto	555.711	970.729
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	398.593	371.154
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	744.009	568.550
1.01.03.01	Carteira Própria	681.214	161.457
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	55.501	400.349
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	7.294	6.744
1.01.04	Relações Interfinanceiras	178.720	80.005
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7.801	0
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	73.824	79.147
1.01.04.03	Recolhimento sobre dep. de poupança - BACEN	96.237	0
1.01.04.04	Correspondentes	858	858
1.01.06	Operações de Crédito	1.638.244	1.441.190
1.01.06.02	Setor Privado	1.696.444	1.503.074
1.01.06.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-58.200	-61.884
1.01.08	Outros Créditos	240.548	236.504
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	1.050	994
1.01.08.02	Rendas a Receber	1.010	1.027
1.01.08.04	Diversos	240.294	237.698
1.01.08.05	(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-1.806	-3.215
1.01.09	Outros Valores e Bens	5.533	4.850
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	3.500	3.383
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-1.508	-1.521
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	3.541	2.988
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.477.288	2.399.961
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	128.890	138.184
1.02.02.01	Carteira Própria	128.890	138.184
1.02.03	Relações Interfinanceiras	55.243	58.204
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	55.243	58.204
1.02.05	Operações de Crédito	2.114.543	2.003.357
1.02.05.02	Setor Privado	2.188.252	2.087.305
1.02.05.05	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-73.709	-83.948
1.02.07	Outros Créditos	178.612	200.216
1.02.07.01	Diversos	178.612	200.216
1.03	Ativo Permanente	155.806	125.769
1.03.01	Investimentos	33	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	171	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	167	167
1.03.01.04.02	No Exterior	4	4
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	70.579	51.692
1.03.02.01	Imóveis de Uso	46.198	46.198

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	131.812	105.530
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-107.431	-100.036
1.03.04	Intangível	85.194	74.044
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	64.609	62.222
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-32.501	-24.152
1.03.04.03	Intangível em curso	53.086	35.974

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	6.550.918	6.337.473
2.01	Passivo Circulante	4.509.396	4.428.189
2.01.01	Depósitos	4.088.211	3.411.395
2.01.01.01	Depósitos a Vista	616.541	618.872
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	820.348	825.400
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	557.588	602.638
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.093.734	1.364.485
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	55.371	685.079
2.01.02.01	Carteira de Terceiros	0	400.039
2.01.02.02	Carteira Própria	55.371	285.040
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	55.665	56.234
2.01.03.01	Recursos de Letras Financeiras	55.665	56.234
2.01.04	Relações Interfinanceiras	24.338	201
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	24.138	0
2.01.04.02	Correspondentes	200	201
2.01.05	Relações Interdependências	502	267
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	502	267
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	994	978
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	238	499
2.01.07.01	BNDES	238	499
2.01.09	Outras Obrigações	284.077	273.536
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	21.165	2.165
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	110	40.870
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	38.112	27.100
2.01.09.05	Diversas	224.690	203.401
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.086.139	1.078.657
2.02.01	Depósitos	1.075.796	1.068.243
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	1.075.796	1.068.243
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.343	10.414
2.02.03.01	Recursos de Letras financeiras	10.343	10.414
2.05	Patrimônio Líquido	955.383	830.627
2.05.01	Capital Social Realizado	691.762	691.762
2.05.01.01	Ações Ordinárias - País	691.762	691.762
2.05.04	Reservas de Lucro	138.865	138.865
2.05.04.01	Legal	11.572	11.572
2.05.04.02	Estatutária	127.293	127.293
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	124.756	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	399.564	1.163.803	376.434	1.081.051
3.01.01	Operações de Crédito	355.811	1.027.688	328.275	946.745
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Val. Mobiliários	40.764	126.012	46.479	129.170
3.01.03	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.572	8.207	1.046	2.496
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	417	1.896	634	2.640
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-109.815	-352.583	-146.718	-404.083
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-92.907	-307.406	-125.447	-342.935
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-22	-174	-1	-3
3.02.03	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-16.886	-45.003	-21.160	-60.933
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-110	-212
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	289.749	811.220	229.716	676.968
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-163.947	-478.097	-142.285	-412.378
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	23.402	67.575	20.018	58.407
3.04.02	Despesas de Pessoal	-82.533	-247.221	-73.345	-210.657
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-78.236	-231.366	-66.907	-198.492
3.04.03.01	Despesas de Água, Energia e Gás	-2.368	-6.328	-1.915	-5.444
3.04.03.02	Despesas de Aluguéis	-3.858	-11.610	-3.127	-8.515
3.04.03.03	Despesas de Comunicação	-6.774	-19.594	-5.282	-17.658
3.04.03.04	Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-2.670	-7.008	-2.075	-5.630
3.04.03.05	Despesas de Material	-591	-1.730	-297	-1.290
3.04.03.06	Despesas de Processamento de Dados	-21.107	-59.959	-17.406	-49.652
3.04.03.07	Despesas de Promoções e Relações Públicas	-332	-4.311	-1.649	-4.262
3.04.03.08	Despesas de Propaganda e Publicidade	-2.114	-9.815	-1.425	-5.284
3.04.03.09	Despesas de Publicação	-44	-453	-39	-1.411
3.04.03.10	Despesas de Seguros	-35	-107	-36	-170
3.04.03.11	Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-8.801	-25.550	-5.952	-14.806
3.04.03.12	Despesas de Serviços de Terceiros	-3.711	-9.841	-4.602	-17.292

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.04.03.13	Despesas de Serviços de Vigilância e Segur. Bancária	-11.262	-33.298	-9.639	-28.739
3.04.03.14	Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-1.509	-4.606	-2.113	-5.912
3.04.03.15	Despesas de Transporte	-4.630	-13.241	-4.413	-12.018
3.04.03.16	Despesas de Viagem no País	-293	-714	-177	-623
3.04.03.17	Despesas de Depreciação	-3.162	-8.924	-2.865	-8.808
3.04.03.18	Outras Despesas Administrativas	-1.920	-5.357	-1.354	-4.000
3.04.03.19	Despesas de Amortização	-2.963	-8.732	-2.495	-6.863
3.04.03.20	Contribuições Filantrópicas	-92	-188	-46	-115
3.04.04	Despesas Tributárias	-16.597	-47.021	-13.610	-40.125
3.04.04.01	Desp. de Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza	-1.158	-3.398	-970	-2.861
3.04.04.02	Despesas de Contribuições COFINS	-13.109	-36.634	-10.771	-31.393
3.04.04.03	Despesas de Contribuições ao Pis/Pasep	-2.130	-5.953	-1.750	-5.101
3.04.04.04	Outros	0	0	-119	-770
3.04.04.05	Despesas Tributárias	-200	-1.036	0	0
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	6.603	20.386	5.853	12.760
3.04.05.01	Recuperação de Encargos e Despesas	57	186	144	209
3.04.05.03	Outras	175	429	19	46
3.04.05.05	Outros Créditos em Liquidação Duvidosa	788	1.595	2.460	3.217
3.04.05.06	Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	65	243	93	551
3.04.05.07	Provisão Férias, 13 salário e Lic. Prêmio	2.319	4.447	793	1.918
3.04.05.08	Ações Judiciais	1.989	9.789	976	2.031
3.04.05.09	Atualização Monetária de INSS	0	0	382	583
3.04.05.10	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	1.210	3.601	944	4.028
3.04.05.11	Atualização Monetária de Valores Ativos	0	96	42	45
3.04.05.12	Atualização Monetária de IR e CSLL a compensar	0	0	0	132
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-16.586	-40.450	-14.294	-34.271
3.04.06.01	Atualização de Ações Judiciais	-10.443	-31.483	-13.406	-23.879

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.04.06.02	Descontos Concedidos	-7	-20	-5	-32
3.04.06.04	Despesas de Atualização de Impostos e Contribuições	-98	-276	-66	-296
3.04.06.05	Outras Despesas Operacionais	-811	-1.020	-295	-570
3.04.06.06	Variação e Dif. de Tx - Disponib. em Moeda Estrangeira	-232	-1.004	-410	-2.251
3.04.06.07	Ações Judiciais	0	-913	-9	-4.819
3.04.06.08	Carteira Imobiliária	-3	-11	-3	-19
3.04.06.09	Atualização Monetária Valores Passivos	-52	0	0	-122
3.04.06.10	Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	0	-275	-91	-468
3.04.06.11	Outros Créditos	0	-26	-9	-25
3.04.06.12	Despesas de Outros Créditos em Liquidação Duvidosa	0	-482	0	-971
3.04.06.13	Ajustes FCVS	-4.940	-4.940	0	-819
3.05	Resultado Operacional	125.802	333.123	87.431	264.590
3.06	Resultado Não Operacional	-647	177	-2.743	-2.453
3.06.01	Receitas	48	2.559	1.981	5.623
3.06.01.01	Desvalorização de Outros Valores e Bens	0	13	57	270
3.06.01.02	Recuperação de Clonagem de Cartões e Boletos	0	0	0	1
3.06.01.03	Insubsistências Passivas	3	742	1	25
3.06.01.04	Superveniências Ativas	1	15	1	9
3.06.01.05	Lucros em Transações com Valores Mobiliários	6	112	442	948
3.06.01.06	Diferenças de Caixa - mnp-05010202/a	0	137	154	225
3.06.01.07	Descumprimento de Contrato com os Fornecedores	5	1.325	78	225
3.06.01.08	Recuperação de Crédito Previdenciário	0	0	1.237	2.814
3.06.01.09	Outras Receitas Não Operacionais	33	215	11	1.106
3.06.02	Despesas	-695	-2.382	-4.724	-8.076
3.06.02.01	Insubsistências Ativas	-191	-951	-4.269	-5.070
3.06.02.02	Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-85	0	-21	-21
3.06.02.03	Clonagem de Cartões e Boletos	-4	-119	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.06.02.04	Superveniências Passivas	-412	-4	0	-1
3.06.02.05	Roubo por Assalto	-3	-972	-422	-2.605
3.06.02.06	Outras	0	-336	-12	-379
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	125.155	333.300	84.688	262.137
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-56.873	-156.192	-44.289	-135.159
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-28.031	-76.054	-21.215	-65.015
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-23.018	-62.736	-17.308	-52.944
3.08.03	Ativo Diferido	-5.824	-17.402	-5.766	-17.200
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-8.015	-23.028	-5.834	-18.365
3.10.01	Participações	-8.015	-23.028	-5.834	-18.365
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	60.267	154.080	34.565	108.613
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	6,32947	16,18207	3,63015	11,40695

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	60.267	154.080	34.562	108.607
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.267	154.080	34.562	108.607

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-43.820	129.389
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	406.057	339.430
6.01.01.01	Lucro Líquido	154.080	108.613
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	17.656	15.671
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.300	83.766
6.01.01.06	Provisão para contingências	28.517	146
6.01.01.07	Provisão para desvalorização de outros bens	-13	-3.924
6.01.01.08	Ajuste de Mercado - TVM	-958	4.308
6.01.01.09	Provisão atuarial	3.874	-4.028
6.01.01.14	Provisão para outros créditos	1.409	-281
6.01.01.15	Impostos diferidos	17.402	17.200
6.01.01.16	Despesa de Imposto de Renda e Cont. Social	138.790	117.959
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-321.207	-93.314
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	250.950	-145.579
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-165.206	-50.733
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	-77.304	37.345
6.01.02.04	Operações de Crédito	-380.926	-361.922
6.01.02.05	Outros Créditos	17.560	-94.449
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-685	-15
6.01.02.07	Outras Obrigações	-19.372	68.346
6.01.02.08	Depósitos	684.369	450.117
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-629.708	10.318
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	-640	-6.481
6.01.02.11	Obrigações por repasse	-261	-261
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos	16	0
6.01.03	Outros	-128.670	-116.727
6.01.03.01	Impostos e Contribuições Sociais Pagos	-128.670	-116.727
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-45.780	-23.952
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	2.682	510
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-25.562	-3.033
6.02.05	Aplicação no Intangível	-22.900	-22.393
6.02.07	Alienação de Intangível	0	964
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-29.324	-25.472
6.03.03	Div. e Juros s/ Capital Próprio Pagos ou Provisionados	-29.324	-25.472
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-118.924	79.965
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	831.101	749.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	712.177	829.255

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	691.762	0	0	138.865	0	0	830.627
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	691.762	0	0	138.865	0	0	830.627
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	154.080	0	154.080
5.05	Destinações	0	0	0	0	-29.324	0	-29.324
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-29.324	0	-29.324
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	691.762	0	0	138.865	124.756	0	955.383

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	569.316	0	0	122.446	0	0	691.762
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	569.316	0	0	122.446	0	0	691.762
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	108.613	0	108.613
5.05	Destinações	0	0	0	0	-25.472	0	-25.472
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-25.472	0	-25.472
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	122.446	0	0	-122.446	0	0	0
5.13	Saldo Final	691.762	0	0	0	83.141	0	774.903

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	1.300.984	1.146.849
7.01.01	Intermediação Financeira	1.247.956	1.129.702
7.01.02	Prestação de Serviços	67.575	58.408
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-29.681	-54.763
7.01.04	Outras	15.134	13.502
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-414.777	-415.075
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-229.400	-194.669
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-14.502	-11.738
7.03.02	Serviços de Terceiros	-187.598	-162.567
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-27.300	-20.364
7.04	Valor Adicionado Bruto	656.807	537.105
7.05	Retenções	-17.656	-15.670
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.656	-15.670
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	639.151	521.435
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	639.151	521.435
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	639.151	521.435
7.09.01	Pessoal	236.068	200.277
7.09.01.01	Remuneração Direta	174.682	141.524
7.09.01.02	Benefícios	49.840	48.855
7.09.01.03	F.G.T.S.	11.546	9.898
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	237.393	204.030
7.09.02.01	Federais	233.328	200.596
7.09.02.03	Municipais	4.065	3.434
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.610	8.515
7.09.03.01	Aluguéis	0	8.515
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	154.080	108.613
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	29.324	25.472
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	124.756	83.141

Relatório da Administração



2017

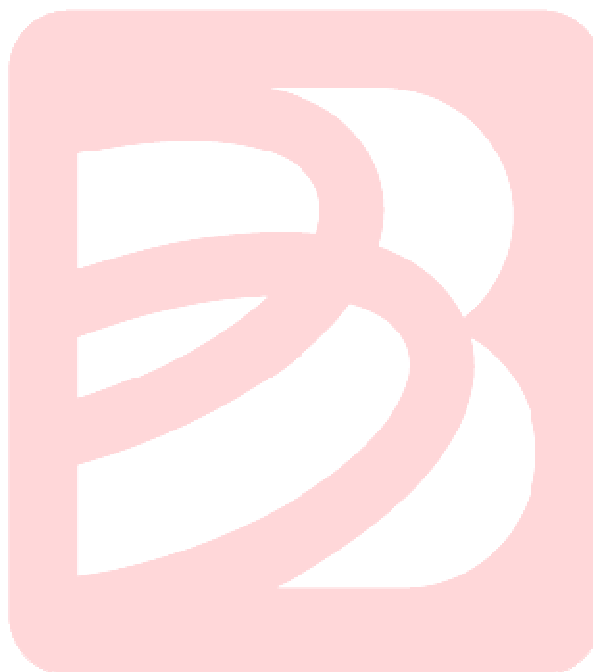
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF nº 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Augusto Sergio Amorim Costa
Diretor-Presidente



Comentário do Desempenho**1. AMBIENTE ECONÔMICO**

O cenário econômico global mantém perspectiva de crescimento substancial, apesar das incertezas políticas e do protecionismo econômico. O novo relatório de Perspectiva Econômica Mundial do Fundo Monetário Internacional apresenta revisão crescente dos dados da economia na maioria dos países e deixa evidente o bom momento das “políticas ambiciosas” para o desenvolvimento da economia de longo prazo.

Em 2017, os dados apresentados trazem uma nova projeção de crescimento global de 3,6%, estimulado pelo desempenho de países como: Estados Unidos, Japão, China, Europa e Ásia emergente. A previsão de crescimento para 2018 é de 3,7%, com a participação mais ativa dos mercados emergentes e de economias em desenvolvimento.

No âmbito do mercado interno a demanda doméstica e a alta safra de produtos agrícolas foram fatores preponderantes para a melhora da economia brasileira. As projeções do PIB para o trimestre, divulgados pelo IBGE, é uma taxa de 0,7%. Tal fato reflete a desenvoltura apresentada pela atividade agropecuária, atividade industrial e principalmente o consumo das famílias. Pela ótica da demanda interna, a expansão do consumo das famílias reflete o processo de desinflação, bem como o aumento do crédito pelo efeito do corte na taxa básica de juros. Ressalta-se, como complemento ao quadro de incentivo ao consumo, o efeito da liberação das contas inativas do FGTS e o recuo na taxa de desemprego de 13,3% no primeiro trimestre de 2017 para 12,6% nos meses de junho a agosto de 2017.

A variação acumulada pelo IPCA até setembro de 2017 foi de 1,78% e no mesmo período em 2016 a variação foi de 5,51%. É importante salientar que os dados do Banco Central apontam a contínua queda na taxa básica de juros, hoje em 8,25% a.a. com previsão de corte em 1% para a próxima reunião. Segundo o Comitê de Política Monetária do Banco Central “o processo de flexibilização continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação”.

Comentário do Desempenho

O comportamento da atividade econômica paraense até o terceiro trimestre de 2017 apresentou resultado satisfatório em relação ao restante do país. O desempenho da Atividade Econômica do Pará (dados com ajuste sazonal) mensurado pelo Banco Central indica crescimento de 1,02% em julho comparado ao mês anterior. O índice paraense confrontado com o índice nacional demonstra desempenho superior no período analisado. A produção industrial paraense no acumulado do ano é de 8,6%, que corresponde ao melhor índice comparado às demais unidades federativas. Contudo, no comércio varejista e no setor de serviços o resultado foi de retração acompanhando o momento de recessão nacional. Para o varejo no acumulado do ano houve um recuo do mercado paraense de -2,3% no volume de vendas. Já para o setor de serviços o acumulado do ano foi de -10,0%. Considerando dados sobre a inflação na Região Metropolitana de Belém, medida pelo IPCA e divulgados pelo IBGE, observa-se que a baixa inflacionária continua apesar da variação positiva ocorrida entre os meses de agosto a setembro, que foi de 0,11%. No mês de setembro o índice registrou variação mensal de 0,33%, enquanto no mês anterior a taxa era de -0,22%. Considerando o acumulado de janeiro a setembro o indicador chegou à variação de 0,94%, valor abaixo do índice nacional na mesma base de comparação que foi de 1,78%. As variações negativas no grupo de Alimentação e Artigos de residência são os principais responsáveis pela manutenção do baixo índice.

2. RATING

O rating soberano permanece em patamares abaixo do grau de investimento. Apesar da expectativa negativa para o rating País, em 2017, a agência classificadora Moody's Investor Service reafirmou o rating emitido ao Banpará, nas escalas nacional e global, e a agência Standard & Poor's efetuou upgrade na escala nacional e manutenção do rating em escala global, sustentados pela sólida qualidade dos ativos, uma base de capital adequada e qualidade dos controles existentes.

Comentário do Desempenho

 	(Ba3/NP) Rating em Escala Global	(A2.br/BR-1) Rating em Escala Nacional
	(BB-/B) Rating em Escala Global	brA+/brA-1 Rating em Escala Nacional

3. DESTAQUES BANPARÁ

O Banpará busca estar presente em todo Estado, e para isto intensificou o seu esforço para abrir novas agências, dessa forma finaliza o 3º trimestre de 2017 presente em 97 municípios, com 144 unidades (postos e agências).

O Banco inaugurou no ano vigente, um posto de atendimento em Belém e 05 agências no interior do Estado, são elas: Augusto Corrêa (Rio Caetés); Aurora do Pará (Rio Capim); Cachoeira do Arari (Marajó); São Felix do Xingu (Araguaia) e Trairão (Tapajós). Dentre essas inaugurações, ressalta-se que nos municípios de Trairão e Cachoeira do Arari, o Banpará foi a primeira instituição financeira a instalar agências bancárias.

Essa expansão física do Banco do Estado do Pará permite em média o alcance de 87% da população paraense. Entre as 12 regiões de integração, destacam-se as seguintes: Guajará, Baixo Amazonas e Tocantins. Juntas, elas concentram mais de 40% da população do Estado.

O Banco, em virtude de seu crescimento físico no período, realizou a contratação de 67 novos funcionários, entre nível médio e superior. Atualmente o Banpará conta com a colaboração de 2.077 funcionários, distribuídos nas regiões de integração.

Para manter a qualidade no serviço prestado, a satisfação e fidelização de seus clientes, o Banpará busca ampliar seu portfólio de produtos e serviços. No ano de 2017, houve os seguintes lançamentos: IN Mais Bcard (programa de fidelização), a nova cobrança Febraban, o seguros de acidentes pessoais e vida e o serviço de Van. Este último de grande utilidade para os usuários dos cartões Banpará, pois possibilita

Comentário do Desempenho

que o cliente passe o seu cartão nas máquinas da Cielo, dos estabelecimentos credenciados.

O maior destaque realizado pelo Banpará, no ano de 2017, foi a inauguração da Agência Digital, que pode ser considerada uma revolução para as instituições financeiras brasileiras. Essa atitude levou o Banco a ser reconhecido como benchmarking, por outros Bancos.

Ainda no campo da tecnologia, o Banpará não tem medido esforço para prover a população paraense de serviço bancário alicerçado em ativos tecnológicos modernos, estáveis e de qualidade. Dentre as muitas medidas, destacamos aquelas que visam a estabilidade e rapidez na comunicação entre as agências e os centros de processamentos de dados. Neste tocante enfatizamos os investimentos que permitirão, em 2018, o aumento de 30 vezes da banda de internet do Banco e na implantação de 24 novas redes de fibra ótica, todas no interior do Estado, feito este de grande impacto e complexidade quando se considera as peculiaridades da Região Amazônica.

O Banco do Estado do Pará, no mês de junho, obteve o reconhecimento do seu esforço e bom desempenho, apresentado no ano de 2016, e recebeu o **PRÊMIO FINANÇAS MAIS**, como o 3º melhor Banco de varejo.

Focado em manter-se entre os melhores, o Banpará apresenta excelentes resultados, e está em 1º lugar no depósito a prazo, com 34% do volume movimentado no Estado, e o 3º nas operações de crédito (17%).

4. EXPECTATIVAS

Com propósito de expansão, dentro do Estado, o Banco estima a abertura de mais 03 agências. Além dessas inaugurações, o Banpará pretende investir em 03 novas instalações, para unidades que já estão em funcionamento. Essas medidas devem ocorrer até o final de 2017, visando o conforto e a segurança de seus clientes e funcionários.

Comentário do Desempenho

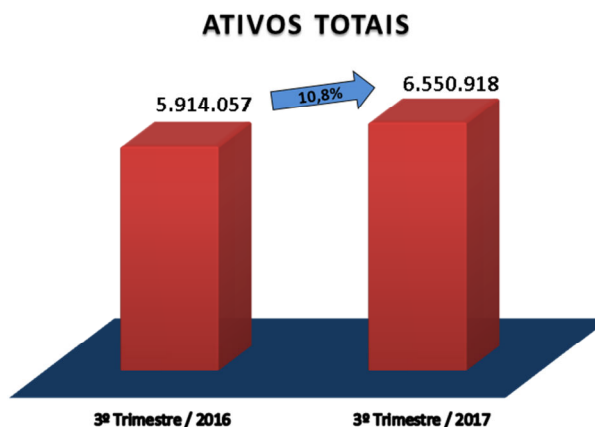
Para acompanhar o crescimento físico do Banco, no decorrer do 4º trimestre, o Banpará deverá realizar novas contratações e ampliar seu portfólio de produtos e serviços, com prováveis 04 lançamentos, distribuídos entre produtos, serviços e melhorias.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro do Banpará decorre de ações vinculadas ao planejamento estratégico 2015-2019 desenvolvido pelo banco, que visam à geração de resultados sustentáveis, com vistas à melhor relação entre risco e retorno. O desempenho positivo tem fornecido retornos significativos a seus acionistas. Essa tendência pode ser constatada por meio de números e indicadores, apresentados trimestralmente na Divulgação dos Resultados pelo Banpará.

5.1. Ativos Totais

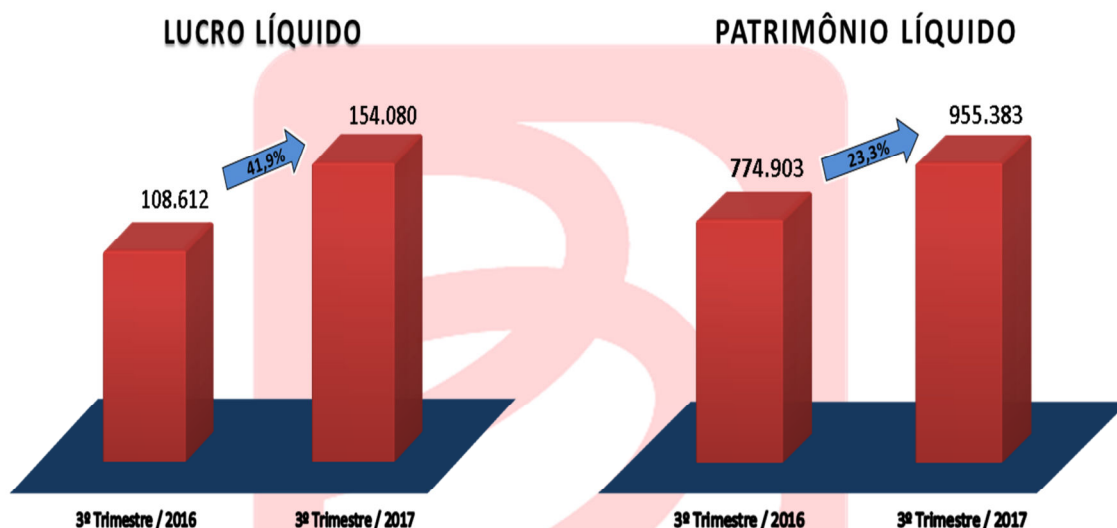
O Banpará encerrou o terceiro trimestre de 2017 com Ativos Totais no montante de R\$ 6.550.918 mil, representando um crescimento de 10,8% com relação ao mesmo período de 2016 que foi de R\$ 5.914.057 mil. Esse crescimento foi motivado pelas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez pelos Títulos e Valores Mobiliários que registraram R\$ 872.899 mil, aumento de 29,8% em relação ao terceiro trimestre de 2016 que foi de R\$ 672.714 mil, e pelo aumento de 39,8% de Títulos e Valores Mobiliários, os quais em junho de 2017 registraram R\$ 925.912 mil. O índice de retorno sobre os ativos médios (ROA) foi de 4,4%.



Comentário do Desempenho**5.2. Principais Indicadores**

No acumulado até o terceiro trimestre, o Banpará alcançou um lucro líquido de R\$ 154.080 mil, um aumento de 41,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, que representa um lucro líquido por ação de R\$ 16,18. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 955.383 mil, aumentando 23,3% em relação ao final de setembro de 2016.

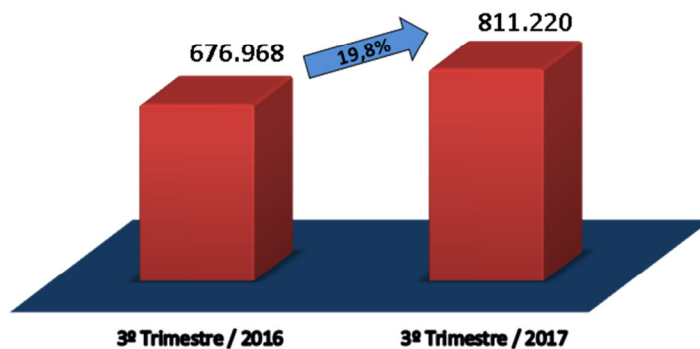
Dessa forma, no terceiro trimestre de 2017, o Banpará alcançou índice de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 32%.



As receitas com intermediação financeira totalizaram R\$ 1.163.803 mil, registrando um crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período ano anterior, proporcionado pelo crescimento das rendas de operações de crédito que, incluindo as recuperações, representam 88,3% do total das receitas de intermediação financeira.

No terceiro trimestre de 2017, as despesas de intermediação financeira atingiram R\$ 352.583 mil, um decréscimo de 14,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O resultado da intermediação financeira atingiu o montante de R\$ 811.220 mil no terceiro trimestre de 2017, um aumento de 19,8% em relação ao mesmo período de 2016.

Comentário do Desempenho**Resultado da Intermediação Financeira**

As receitas de serviços, incluindo as rendas de tarifas bancárias, totalizaram R\$ 67.575 mil no fechamento do terceiro trimestre de 2017, um crescimento de 15,7% se comparado ao valor alcançado no terceiro trimestre de 2016.

Ao final do terceiro trimestre de 2017, as despesas gerais (pessoal, administrativas e tributárias) somaram R\$ 525.608 mil, um acréscimo de aproximadamente 17% em comparação ao mesmo período de 2016, enquanto que as despesas de pessoal, que representam 47% das despesas gerais, aumentaram 17,4%, atingindo R\$ 247.221 mil, e as despesas administrativas apresentaram saldo de R\$ 231.366 mil, equivalente a um aumento de 16,6% em relação ao apresentado no terceiro trimestre de 2016, refletindo a política de expansão do banco.

No terceiro trimestre de 2017, o índice de eficiência operacional do Banpará foi de 54,5%, Este índice acumulado dos últimos 12 meses é de 56,1%.

O índice de cobertura para o terceiro trimestre de 2017 foi de 27,3%. Este índice acumulado dos últimos 12 meses é de 26,6%.

5.2.1. Carteira de Crédito

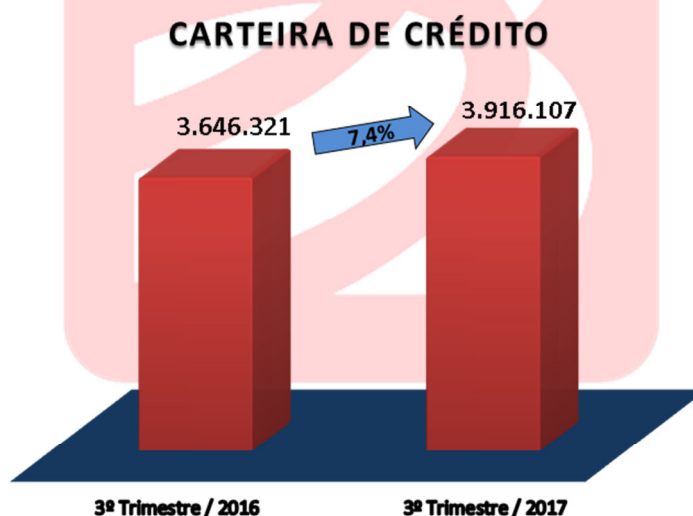
No terceiro trimestre de 2017, a carteira de crédito alcançou R\$ 3.916.107 mil, com incremento de 7,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa ao final do terceiro trimestre de 2017, 3,4% da carteira de crédito, uma diminuição de 0,8 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2016.

O saldo da Carteira de Crédito Comercial Pessoa Física, em setembro de 2017, foi de R\$ 3.896.019 mil que representa um incremento de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os empréstimos consignados correspondem a 68,34% dessa carteira e o financiamento ao consumo representa 31,15%. Os funcionários públicos do Estado e pensionistas representam 86,71% da carteira de consignados.

Em 30 de setembro de 2017, o índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias representam 1,54% da carteira de crédito, com um percentual de cobertura de 245%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face às perdas prováveis é aproximadamente 2,4 vezes a inadimplência do período.

**5.2.2. Depósitos**

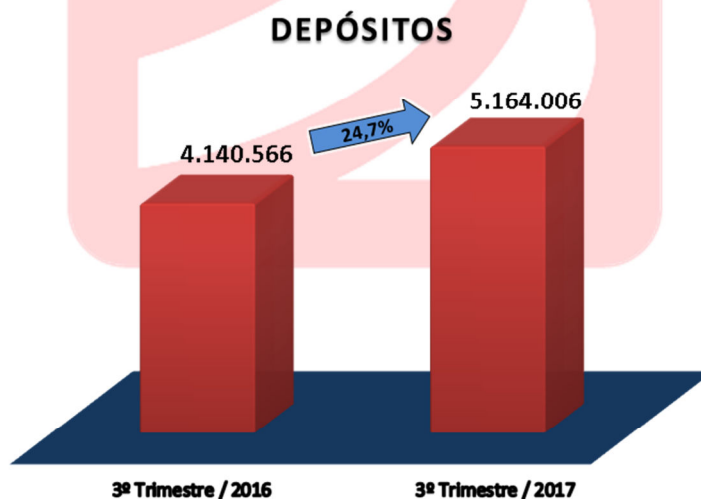
O volume dos depósitos no terceiro trimestre de 2017 totalizou R\$ 5.164.006 mil contra R\$ 4.140.566 mil registrados no mesmo período de 2016, representando um aumento de 24,7% que é justificado, principalmente, pelo aumento da captação em CDB-GOV 42,32% e CDB Rede 36,94%.

Comentário do Desempenho

Analisando os depósitos por tipo de cliente, destacamos os depósitos de PF, PJ e de Governo Municipal, que cresceram 15,84%, 112,88% e 80,83%, respectivamente, quando comparado ao terceiro trimestre de 2016.

O volume total de depósitos a prazo apresentou um crescimento de 37,72%. Já os Depósitos à Vista houve uma leve redução 1,63% em relação ao mesmo período do ano anterior. O produto Conta Mais fechou o terceiro trimestre com o saldo de R\$ 389.129 mil, representando variação positiva de 21,20% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os Depósitos Interfinanceiros apresentaram variações positivas, fechando o terceiro trimestre com um crescimento de 25,21% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os Depósitos de Poupança apresentaram um aumento de 6,96% em relação ao mesmo período de 2016. O aumento é consequência da queda contínua da Selic, e agora com nova regra de remuneração (70% da Selic + TR), o que impacta negativamente a rentabilidade do depósito a prazo, fazendo com que alguns clientes prefiram direcionar seus depósitos para poupança.



5.2.3. Letra Financeira

As captações em Letra Financeira fecharam o terceiro trimestre de 2017 com saldo de R\$ 66.008 mil, representando uma redução no saldo de 69,95% em relação ao mesmo

Comentário do Desempenho

período do ano anterior. Tal variação é justificada pela migração de uma operação para as captações em CDI.

6. RELACIONAMENTO COM CLIENTES E CANAIS

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará amplia sua rede de atendimento, e possibilita a inserção da população paraense no mercado financeiro, e está presente em 97 municípios do Estado.

Discriminação	Capital	Interior	Total
Agências	15	98	113
Postos de Atendimento	21	10	31
Caixa Deslocado	5	4	9
PAE	62	20	82
TOTAL	103	132	235

Pontos de atendimentos – rede própria	233
Municípios Atendidos	97

Dessa forma, além de sua rede própria, o Banpará disponibiliza aproximadamente 21 mil pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil, em parceria com o Banco 24Horas, e 302 terminais da Rede Saque Pague somente no Estado do Pará, viabilizando aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo território nacional. Abaixo estão relacionados os canais eletrônicos de atendimento disponibilizados pelo Banpará aos seus clientes:

- ✓ BCard;
- ✓ Autoatendimento;
- ✓ Autoatendimento Externo - Banco24Horas;
- ✓ Autoatendimento Externo - Saque e Pague;
- ✓ Internet Banking;
- ✓ Portal Banpará e Sítio de Relações com Investidores;
- ✓ Mobile Banking;
- ✓ Central Banpará de Atendimento;
- ✓ SAC.

Comentário do Desempenho**CANAIS DIGITAIS:**

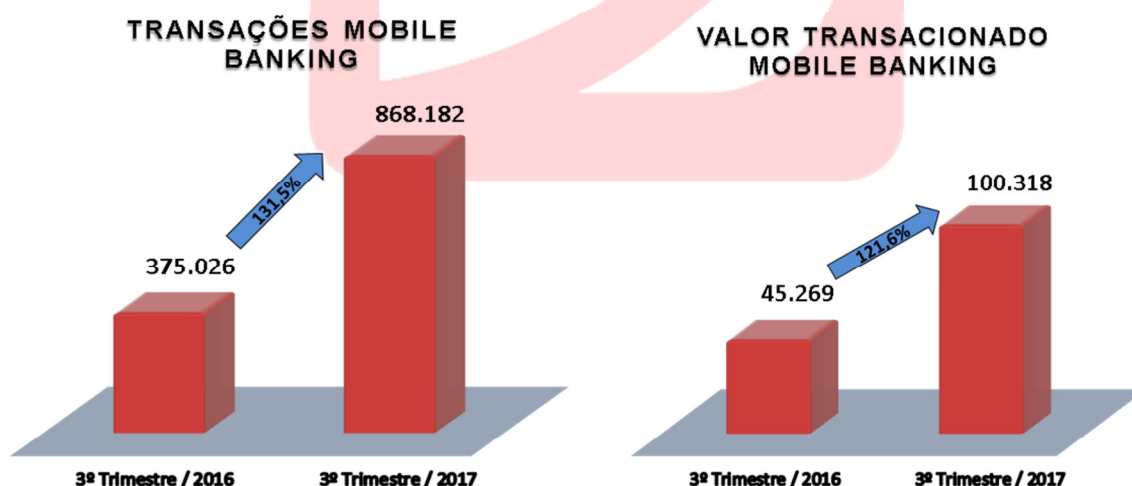
Banpará Digital: Espaço totalmente digital, inaugurado em fevereiro de 2017, oferece aos clientes um autoatendimento moderno, com mais de 40 transações disponíveis, incluindo transações diferenciadas, como: depósito de dinheiro em lote, online e real time, emissão de cartão (com chip) de conta corrente/poupança e atendimento de dúvidas através de vídeo chamadas efetuadas de terminais ATM's.

Internet Banking:

- Mais de 1 milhão de transações realizados no trimestre; e
- Aproximadamente 2 bilhões de reais transacionados.

Mobile Banking:

- Aderente ao comportamento do mercado destaca-se a tendência de utilização dos canais digitais, com crescimento de 131% no total de transações realizadas somente via mobile banking e de 121% no valor transacionado neste canal.



Comentário do Desempenho**CAIXAS ELETRÔNICOS:****Rede Autoatendimento Banpará:**

- Mais de 4,7 milhões transações realizadas no trimestre
- Mais de 1,3 bilhões de reais transacionados.

Rede Autoatendimento Banco 24 Horas:

- Mais de 21 mil caixas espalhados pelo Brasil
- Mais de 400 mil transações realizadas no trimestre

Rede Autoatendimento Saque e Pague:

- Mais de 1 milhão transações realizadas no trimestre
- Aproximadamente 337 milhões de reais transacionados.

CANAIS TELEFÔNICOS:

SAC – Serviço De Atendimento Ao Consumidor: Canal de atendimento exclusivo para atendimento de: Reclamações, Cancelamentos e Informações/Dúvidas gerais.

- 9.537 ligações recebidas no trimestre; e
- 88% resolvidas no primeiro atendimento.

Destaca-se que as demandas não resolvidas no primeiro atendimento, possuem prazo de resolução de até cinco dias úteis.

Os registros realizados via SAC são fundamentais para melhoria contínua da qualidade dos produtos e serviços ofertados pelo Banco.

Comentário do Desempenho**Central Banpará:**

A Central Banpará é uma agência virtual onde o cliente do Banco, pode solicitar informações sobre os produtos ou serviços disponíveis no Banpará, além de realizar diversas transações como pagar contas de consumo e boleto bancário, transferências, compra de crédito para celular, etc.

- 22.837 Chamadas no atendimento personalizado, movimentando um montante de R\$6.569.765,88; e
- 311.467 Chamadas para o atendimento eletrônico da URA.

7. GESTÃO CORPORATIVA**7.1. Gestão de Riscos Financeiros e de Capital**

O Banpará desenvolve suas atividades de Gestão de Riscos e de Capital de forma contínua e integrada de acordo com a Resolução nº 4.557/17, busca o aprimoramento dos instrumentos de monitoração e controle, assegura sua efetividade e consistência com a natureza, a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos riscos das operações, de acordo com os princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, e em consonância com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e com as melhores práticas de mercado.

A Gestão de Riscos Financeiros e de Capital é realizada de forma a gerar informações e análises que possam subsidiar a tomada de decisões, e contribui para a consecução das metas estratégicas da Instituição.

Os eventos de riscos financeiros são identificados, mapeados e mensurados. Para a mitigação são promovidos atualizações e aprimoramento contínuo das políticas, dos processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos da Instituição. Quanto ao gerenciamento de capital, o Banco adota postura prospectiva com vista a antever a necessidade de capital para fazer face às estratégias de negócios, e para isso, realizam-se testes de estresse e contingências de capital.

Comentário do Desempenho

Risco de Mercado – o gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio do monitoramento diário da volatilidade das taxas, das exposições, da *Duration* e dos valores em risco das operações. Os relatórios são reportados periodicamente à alta administração, e mantem-se em contínuo monitoramento no cumprimento desses parâmetros.

Risco de Liquidez – O Banpará opera com celeridade na definição de estratégias, análises e prospecções de possíveis cenários econômicos, de modo a identificar, mensurar e mitigar possíveis riscos, assegurando recursos adequados e suficientes para o exercício de suas atividades.

Risco de Crédito – O monitoramento é realizado por meio de análises do VaR para posições de crédito, que representa a parcela de perda (esperada e inesperada) com um determinado grau de confiança, o qual tem sua origem na volatilidade da probabilidade de inadimplência. A parcela relativa ao risco de crédito - RWACPAD é o principal componente dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA do Banpará, representando 89% da exposição total de riscos. No 3T17, a RWACPAD passou a R\$ 3,7 bilhões, um aumento de R\$ 49 milhões em relação ao 2T2017.

Gestão de Capital - O monitoramento do capital é realizado por meio do acompanhamento dos valores projetados para um determinado período, com o valor efetivo, e permite a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. No processo são monitorados os limites mínimos exigidos pelo regulador e os limites mínimos definidos para o Banpará. As projeções realizadas para o Plano de Capital são monitoradas e reportadas mensalmente para a Administração do Banco.

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pelo órgão regulador, o Banpará encerrou o terceiro trimestre de 2017 com índice de 21,42%, frente a 20,69% no segundo trimestre, bem acima dos 10,50% estabelecidos pelo Bacen para 2017, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a Gestão de Riscos e de Capital podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores/Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>

Comentário do Desempenho**7.2. Gestão de Risco Operacional e Continuidade de Negócios**

A estrutura de risco operacional, por estar diretamente relacionada em todos os processos da Instituição, mantém atualizado o mapeamento de suas atividades para identificar, avaliar e monitorar as fragilidades existentes, assim como a análise de novos projetos estratégicos que tem por objetivo principal a mitigação das falhas relacionadas a pessoas, processos, sistemas e eventos externos, inclusive com a identificação dos riscos junto aos prestadores de serviços terceirizados.

Na gestão de riscos, também é realizada a classificação dos processos quanto a importância e criticidade, definidos dentro de uma matriz que leva em consideração a probabilidade de determinado evento se materializar e o impacto que este acarreta. Para incidentes que causem indisponibilidade na entrega dos produtos e serviços essenciais, o Banpará possui Planos de Continuidade de Negócios - PCN, os quais são testados periodicamente com avaliação das estratégias de contingência e prazos de recuperação, resguardando os recursos e buscando reduzir as ocorrências de perdas financeiras e desgastes na imagem.

7.3. Controles Internos e Compliance

A área de Controles Internos e Compliance busca assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos, a gestão dos controles internos do Banpará é estruturada segundo os princípios do Coso II, por meio da utilização de instrumentos para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, para resguardar os recursos e buscar diminuir as ocorrências de perdas, bem como contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos.

Os controles internos do Banpará são testados por meio das auto avaliações periódicas realizadas por todas as unidades (matriz e agências), cujas fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação. Também há elaboração e ativação de planos de ação para a implantação de novos controles ou aprimoramento dos controles já existentes. É realizado o monitoramento do cumprimento, por parte dos gestores, das

Comentário do Desempenho

medidas de controles implantadas, com vistas a garantir a manutenção da efetividade e consistência dos controles internos da Instituição.

A atuação da conformidade tem por finalidade garantir a aderência da instituição aos normativos e premissas externas e internas com o propósito de reduzir ao máximo a materialização das ameaças inerentes ao não cumprimento das regularizações impostas à atividade-fim. Nesse contexto, a área atua no monitoramento diário dos normativos, na divulgação interna e ativação de plano de ação às novas demandas legais ou para regularização.

Com intuito de fortalecimento da instituição, foi disponibilizado o Canal de denúncias no site institucional, mecanismo à disposição de funcionários, clientes e fornecedores para denunciarem suspeitas, más condutas e/ou violações das políticas da empresa, de forma confidencial.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro-PLD, a instituição adota procedimentos internos de controle, Política Institucional e melhores práticas nacionais e internacionais. Utiliza-se de ferramentas e treinamentos adequados que permitem a monitoração e a identificação eficaz de operações atípicas sem justificativa plausível, minimizando os riscos de utilização de seus produtos e serviços na prática de atividades ilícitas. Destaca-se a aplicação das Políticas de Identificação de Cliente, Conheça Seu Cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Funcionário, avaliação de novos Produtos, Serviços e procedimentos de monitoramento de transações e comunicação de operações/situações suspeitas, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem perante a sociedade em geral.

7.4. Segurança Física e Patrimonial

O Banpará investe em novas tecnologias/equipamentos, em consonância com as boas práticas do mercado, com o objetivo de oferecer maior segurança ao seu cliente, interno e externo, e assim como preservar o seu patrimônio físico.

Comentário do Desempenho

No âmbito interno, medidas preventivas de segurança são implementadas por meio de palestras de segurança, que buscam disseminar a cultura de segurança dentro da instituição, e com vistorias frequentes nas unidades do Banco, visando identificar possíveis vulnerabilidades e a correção/adequação destas, mitigando assim os riscos de perdas financeiras e de imagem da Instituição.

7.5. Segurança da Informação e Combate à Fraude

O Banco implantou novas tecnologias de segurança da informação e de combate à fraude que passaram a funcionar de forma integrada, e ganhou mais agilidade na detecção e mitigação de ameaças internas e externas.

O Banpará está investindo na criação de VLANS na rede, exclusivas para a área de segurança, visando viabilizar o monitoramento, em tempo real, dos sistemas de segurança, assim como dos Canais de Atendimento Eletrônico, proporcionando maior segurança aos clientes e funcionários e, por conseguinte, reduzindo eventuais prejuízos financeiros em decorrência de sinistros.

O Banpará possui uma área de Prevenção às Fraudes que tem atuado em parceria com a área de negócios, para prover a segurança necessária aos novos produtos e serviços ofertados pelo Banco.

7.6. Tecnologia da Informação

O Banpará permanece avançando na prospecção e na implantação de novas soluções que venham a suprir os anseios dos clientes.

No 3º trimestre de 2017 foram implantadas ferramentas de monitoramento e análise de recursos de TI, possibilitando a execução de ações preventivas, com diminuição da quantidade de incidentes e consequentemente aumento da disponibilidade dos sistemas e dos serviços prestados pela TI.

Comentário do Desempenho

A implantação das ferramentas possibilitou uma visibilidade completa de todo o parque computacional e dos links de comunicação do Banco. Abaixo alguns dos avanços que essas implantações trouxeram::

- a) Monitoramento em tempo real de servidores e serviços;
- b) Monitoramento preciso e centralizado;
- c) Monitoramento completo dos servidores de produção;
- d) Monitoramento completo de link's de serviços e de agências.

Para fazer face a expansão da Instituição, a infraestrutura de telecomunicações vem constantemente sendo modernizada e ampliada. Dentre as principais iniciativas estão:

- a) Contratação do triplo da velocidade de transmissão de dados através da internet.
- b) Iniciada a implementação de solução WI-FI (redes de comunicação sem fio) nas instalações do Banco.
- c) Implantada infraestrutura de solução WI-FI para participação do Banpará em eventos públicos (Feira Internacional de Turismo e Gastronomia, Feira-do-livro de Santarém e Belém).
- d) Ampliação da URA (Unidade de Resposta Audível), objetivando aumentar a capacidade de atendimento do Call Center e SAC.

Entre os produtos entregues no período, estão o Performance BCard (adaptar o tempo de autorização interna aos padrões do mercado, em torno de 1 segundo), Segmentação da Carteira PF (atendimento personalizado aos clientes de alta renda), Capitalização (possibilitar mediante integração com o parceiro a comercialização de títulos de capitalização nas unidades no banco) e Blindagem dos Canais Eletrônicos (primeira fase do projeto que prevê a blindagem digital dos canais que contemplou o canal e-commerce).

7.7. Ouvidoria

A Ouvidoria Banpará cumpre dar o devido tratamento às manifestações dos clientes. Nesse sentido, atua ativamente na prevenção de conflitos, enquanto 2ª instância de atendimento, garantindo conquistas que refletem o comprometimento desta Instituição

Comentário do Desempenho

Financeira, o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e bom relacionamento com a sociedade.

De forma imparcial, transparente e célere, zela pelo cumprimento dos normativos internos e externos, na busca por solução para os assuntos demandados, por meio de respostas claras, objetivas e satisfatórias, e, enquanto unidade auxiliar na solução dos problemas apontados nas manifestações demandadas, contribui para a fidelização dos clientes, pela oportunidade de conhecer suas necessidades, pelo interesse e seriedade dedicados ao tratamento de suas insatisfações com esta Instituição, cujos resultados implicam diretamente na prevenção do nível de confiança e de imagem desejável.

De acordo com a Resolução nº 4.433/2015, cumpre rigorosamente o prazo de resposta das demandas, de no máximo 10 (dez) dias úteis, e conforme o Decreto Estadual nº 1.359/2015, de 20 (vinte) dias corridos, para responder as demandas.

Quanto aos resultados das demandas, quando julgadas, procedentes e solucionadas, as mesmas são objeto de análise mais detalhadas e submetidas à Alta Administração da Instituição, que poderá providenciar a correção ou reformulação de procedimentos e controles operacionais, e melhorar o processo de gestão.

A Ouvidoria Banpará atua de acordo com os critérios normatizados pelo Órgão Regulador e, objetiva dar cumprimento à Resolução nº 4.433/2015, do Conselho Monetário Nacional – CMN, à Carta Circular nº 3.778/2015, do Banco Central do Brasil, à Instrução CVM nº 529/2012, ao Decreto Estadual nº 1.359/2015, e ao Ofício Circular nº 06, de 09/06/2016 – Gab/OGE/PA – Ouvidoria Geral do Estado.

8. RECURSOS HUMANOS

As atividades de capacitação e aperfeiçoamento do corpo funcional estão vinculadas às diretrizes do Planejamento Estratégico da Instituição e são prioridades para o Banco no ano de 2017.

Comentário do Desempenho

A Universidade Banpará – UniBanp, que tem por objetivo disseminar conhecimentos em todas as unidades do Banco, bem como, promover o autodesenvolvimento profissional e pessoal dos empregados, através do desenvolvimento e da valorização do capital intelectual, investiu no 3º trimestre/17 o valor total de R\$ 272.318,69 (duzentos e setenta e dois mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), ofertando 245 vagas em treinamentos, cursos, capacitações e congressos na capital e fora do Estado, direcionados às áreas de Tecnologia, Auditoria, Recursos Humanos, Contabilidade, Marketing, Câmbio, Financeira, Jurídico, Comercial, Planejamento, Gerenciamento de Risco e Compliance.

No trimestre em referência, destacamos os cursos: Líder do Futuro Executivo, voltado para a alta administração (Diretores, Superintendentes e Chefes de Núcleo), bem como, Laboratório de Liderança para os gestores das agências da capital e interior, promovidos pelas empresas Crescimentum e Febraban, respectivamente.

Ainda reportando-nos à capacitação, no que concerne o Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, 107 empregados foram contemplados, sendo 61 beneficiados com cursos de graduação e 67 em pós-graduação, com investimentos na ordem de R\$ 104.909,77 (cento e quatro mil e novecentos e nove reais e setenta e sete centavos).

Os novos empregados, que após a aprovação da Remodelagem do Treinamento para Novos Bancários, participarão do evento, que faz parte da trilha básica da Unibanp, a fim de adquirir conhecimentos voltados à atividade bancária, políticas internas, informações sobre as principais leis e normas que regem as atividades da empresa, regras de negócios de produtos e serviços bancários, ética, assédio moral, excelência no atendimento, bem como, Curso de Formação de Caixa Executivo.

9. SUSTENTABILIDADE

O BANPARÁ destaca as ações realizadas no 3º trimestre de 2017 em prol da responsabilidade socioambiental:

Comentário do Desempenho

a. Implementação do Programa Ambiente Amigo, voltado à educação ambiental, que implementa práticas sustentáveis, por meio de campanhas educativas, com o objetivo de sensibilizar seus funcionários e colaboradores para mudanças nos padrões de consumo dos recursos naturais e materiais.

O aumento no consumo no período está de acordo crescimento do Banco no número de agências, devido o plano de expansão, que visa alcançar os 144 municípios do estado do Pará. Porém o Banco continua mantendo esforços para minimizar este impacto, melhorando os processos com novas tecnologias e conscientização ambiental.

b. Acompanhamento da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da instituição e do Plano de Ação junto às unidades do banco, em atendimento à determinação do Bacen através da Resolução nº 4.327/2014. No 3º trimestre de 2017, a PRSA foi revisada, com adequação da área gestora do risco socioambiental e uma ação foi concluída em cumprimento ao seu plano de ações;

c. Promoção do programa de coleta seletiva envolvendo a Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém (ACCSB) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis Visão Pioneira de Icoaraci (COCAVIP), auxiliando na geração de renda para os coletores e contribuindo para a preservação do meio ambiente. No 3º trimestre 2017 foram coletados 615 kg de papel misto, 850 kg de papel branco e 460 kg de papelão;

d. Utilização de práticas de TI Verde, que tornam o uso da computação mais sustentável e menos prejudicial;

e. Utilização de práticas sustentáveis na contratação de fornecedores, na aquisição de móveis e equipamentos e nas instalações ou ampliações das novas unidades, tais como: contratação de fornecedores que atenda às diretrizes da Lei nº 8.666/1993, regulamentada pelo Decreto nº 7.746/2012, que rege diversos critérios de sustentabilidade como o respeito aos direitos humanos e a práticas trabalhistas, contratação de portadores de necessidades especiais, maior eficiência na utilização de recursos naturais, origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos

Comentário do Desempenho

bens, serviços e obras, além da prática da logística reversa para os toners das impressoras, dentre outros;

f. Implantação de medidas mitigadoras quanto ao risco socioambiental na análise do crédito e no relacionamento com os clientes pessoa física, desde o início do relacionamento com o Banco, a fim de evitar o superendividamento;

g. Continuidade do Convênio com a Casa do Menino Jesus III, instituição que acolhe e atende crianças e adolescentes de baixa renda, vindos do interior do Estado para tratamento de câncer, problemas cardíacos, renais e outros em Belém, cuja doação no 3º trimestre de 2017 equivale a R\$51 mil;

h. Doação para a Associação Polo Produtivo Pará – Fábrica Esperança, instituição privada sem fins lucrativos, que visa promover a reinserção social de egressos do sistema penitenciário e de pessoas que estejam cumprindo pena privativa de liberdade no regime aberto, prisão domiciliar ou penas restritivas de direito, bem como aos seus familiares, viabilizando capacitação profissional, geração de emprego, renda e educação, para aquisição de matéria prima para continuidade dos trabalhos dos egressos, no valor de R\$40 mil;

i. Participação na Campanha Mc Dia Feliz, principal evento comunitário do Sistema Mc Donald's brasileiro pela cura do câncer infanto-juvenil. O Banpará vendeu 1000 tíquetes de sanduíches Big Mac da rede de fast food Mc Donald's, cujo valor de R\$15,5 mil foi revertido para a Associação Colorindo a Vida, mantenedora da Casa Ronald Mc Donald Belém, que ainda em 2017, iniciará obras de ampliação da estrutura, para abrigar o crescente número de crianças acometidas de câncer no Estado do Pará;

j. Realização de Passeio Ciclístico em homenagem ao Dia Mundial Sem Carro, por diversos pontos turísticos de Belém. O passeio recebeu mais de mil inscritos e contribuiu para conscientizar os funcionários e a sociedade dos danos causados pelo uso dos carros ao Meio Ambiente, além de incentivar hábitos saudáveis, que proporcionem melhor qualidade de vida a todos.

Comentário do Desempenho**10. INFORMAÇÕES LEGAIS**

10.1. Circular nº 3.068/2001

O Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$128.889 mil, representando 14,8% do total de títulos e valores mobiliários.

10.2. Auditoria Independente

Em cumprimento ao contido no art. 2º, da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, os de Auditoria Externa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos nossos acionistas e clientes pela confiança na Instituição, e ao Governo do Estado do Pará pelo apoio recebido. Aos empregados e colaboradores, o agradecimento especial pelos resultados e as conquistas positivas alcançadas no terceiro trimestre de 2017.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2017

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF nº 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114

Notas Explicativas**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor a economia do Estado do Pará, e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, dos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e das normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já aprovados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Resolução CMN nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Resolução CMN nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução CMN nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);

Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);

Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retif. de Erro (CPC 23);

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);

Resolução CMN nº 4.224/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A emissão destas Informações Trimestrais foi aprovada pela Diretoria do Banco em **10 de Novembro de 2017**.

a. *Uso de estimativas e julgamentos*

A elaboração de Informações Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Informações Trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar

Notas Explicativas

em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para créditos de liquidação duvidosa com operações de crédito;

Nota explicativa nºs 4 e 5 - estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros;

Nota explicativa nº 15 - cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais;

Nota explicativa nº 9 - determinação da vida útil econômica de determinados ativos;

Nota explicativa nº 18 (b) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável; e

Nota explicativa nº 12 (d) - reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros.

b. Base de mensuração

As Informações Trimestrais contêm registros que refletem o valor justo das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para vencimento, que são avaliados pelo custo amortizado.

c. Moeda funcional

As Informações Trimestrais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Informações Trimestrais.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos seguintes valores:

Contas	30.09.2017	31.12.2016
Caixa	156.466	138.761
Disponibilidades em moeda nacional	155.702	138.079
Disponibilidades em moeda estrangeira	764	682
Equivalente de Caixa	555.711	692.340
Aplicações interfinanceiras de liquidez	555.711	692.340
Total	712.177	831.101

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

Notas Explicativas**c. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

I. Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

II. Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados pro-rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado.

O Banco, em 30 de setembro de 2017 e 2016, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

Notas Explicativas**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

e. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Créditos com o FCVS – São créditos vinculados ao SFH que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

f. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Notas Explicativas

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no rating que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2017 e 2016, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.2).

h. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em títulos e créditos a receber, com característica de concessão de crédito (Nota 8c).

i. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinado a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados

Notas Explicativas

a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

j. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

k. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso -4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentados na Nota 09.

l. Intangível

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano),

Notas Explicativas

a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

m. Redução ao valor recuperável de ativos (*‘impairment’*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado, no mínimo, anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

n. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e

Notas Explicativas

contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias – são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Informações Trimestrais.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 12.

p. **Tributos**

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de setembro de 2015	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Notas Explicativas

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.555/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

q. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº. 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na Instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Notas Explicativas**r. Outros ativos e passivos**

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

s. Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Informações Trimestrais.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.09.2017	31.12.2016
Aplicações - Mercado aberto (a)	555.711	970.729
Posição bancada	555.711	687.332
Letras Financeiras do Tesouro	127.989	55.002
Letras do Tesouro Nacional	154.088	613.632
Nota do Tesouro Nacional	273.634	18.698
Posição financiada	-	283.397
Letras do Tesouro Nacional	-	159.165
Notas do tesouro nacional	-	124.232
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	398.593	371.154
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	398.593	357.092
Não ligadas	-	14.062
Total	954.304	1.341.883

a. O montante de R\$ 555.711 em 30 de Setembro de 2017 (R\$ 692.340 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa (nota nº 3 b).

Notas Explicativas**Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez**

	30.09.2017	30.09.2016
Posição Bancada	33.543	28.528
Posição Financiada	10.317	19.140
Depósitos Interfinanceiros	25.203	25.376
Total	69.063	73.044

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a. Classificação por tipo de papel**

Títulos	30.09.2017	31.12.2016
Livres	810.104	299.641
Letras Financeiras do Tesouro	540.527	109.821
CVS	126.281	135.605
Letras Imobiliárias	140.687	51.636
Cotas de Fundo de Investimento em Participações (i)	2.609	2.579
Vinculados a operações compromissadas	55.501	400.349
Letras Financeiras do Tesouro	55.501	400.349
Vinculados à prestação de garantia	7.294	6.744
Letras Financeiras do Tesouro	7.294	6.744
Total	872.899	706.734
Circulante	744.009	568.550
Realizável em longo prazo	128.890	138.184

- (i) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando desenvolvimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

Notas Explicativas

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			30.09.2017	31.12.2016
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação (i)	135.568	-	212.566	352.121	43.754	744.009	568.550
Títulos públicos	135.568	-	212.566	352.121	43.754	744.009	568.550
Letras de crédito imobiliário	135.568	-	5.119	-	-	140.687	51.636
Letras financeiras tesouro	-	-	207.447	352.121	43.754	603.322	516.914
Títulos Mantidos até o vencimento (ii)	-	-	-	-	128.890	128.890	138.184
Títulos públicos	-	-	-	-	126.281	126.281	135.605
CVS	-	-	-	-	126.281	126.281	135.605
Títulos privados	-	-	-	-	2.609	2.609	2.579
Cotas de fundos de invst. em participações	-	-	-	-	2.609	2.609	2.579
TOTAL 30.09.2017	76.137	-	212.566	352.121	172.644	872.899	-
TOTAL 31.12.2016	51.636	-	5.694	409.434	239.970	-	706.734

- (i) Os Títulos e Valores Mobiliários classificados para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001.
- (ii) Não houve reclassificação entre categorias nas datas-base de 30 de Setembro de 2017 e 2016.

Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.09.2017		31.12.2016		30.09.2017	31.12.2016
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	744.834	744.009	570.332	568.550	(824)	(1.782)
Letras de Crédito Imobiliário	141.193	140.687	52.178	51.636	(506)	(542)
Letras Financeiras do Tesouro	603.641	603.322	518.154	516.914	(319)	(1.240)
Mantidos até o vencimento (i)	128.890	128.890	138.184	138.184	-	-
CVS	126.281	126.281	135.605	135.605	-	-
Cotas de fundo de invest. em participações	2.609	2.609	2.579	2.579	-	-

Notas Explicativas

- i. Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	Saldo		
	30.09.2017	Nível 1	Nível 2
Letras de Crédito Imobiliário	140.687	-	140.687
Letras Financeiras do Tesouro	603.322	603.322	-
Total	744.009	603.322	140.687

TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2016	Nível 1	Nível 2
Letras de Crédito Imobiliário	51.636	-	51.636
Letras Financeiras do Tesouro	516.914	516.914	-
Total	568.550	516.914	51.636

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros. O Banco não possuía títulos e valores mobiliários classificados em Nível 3.

Notas Explicativas**e. Rendas com títulos e valores e mobiliários**

	30.09.2017	30.09.2016
Rendas de títulos de renda fixa	56.066	57.035
Rendas com cotas de fundos de investimento	20	187
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	863	(280)
Total	56.949	57.502

O Banco não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o Banco não possuía qualquer saldo registrado ou não registrado de operações dessa natureza.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30.09.2017	31.12.2016
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	7.801	-
Relações com correspondentes	858	858
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	45.888	31.677
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (b)	96.237	-
SFH – Créditos junto ao FCVS (c)	55.243	58.204
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	27.936	47.470
Total	233.963	138.209
Circulante	178.720	80.005
Realizável em longo prazo	55.243	58.204

Composição:

- (a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados. A Circular BACEN nº 3.757 de 28 de maio de 2015, alterada pela Resolução CMN nº 4.493 de 31 de maio de 2016, permite que as instituições financeiras que possuam Patrimônio de Referência inferior a R\$5.000.000 mil (cinco bilhões) deduzam, até 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$200.000 mil (duzentos milhões), e a partir de 02 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$100.000 mil (cem milhões) da exigibilidade sobre depósito de poupança.

Notas Explicativas

- (b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$55.243 (R\$ 58.204 em 31 de dezembro de 2016), referentes a 285 contratos (292 contratos em 31 de dezembro de 2016). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito****a. Por tipo de Operação**

	30.09.2017	31.12.2016
Operações de Crédito	3.884.696	3.590.379
Adiantamentos a Depositantes	824	241
Empréstimos	3.878.006	3.584.104
Outros Financiamentos	213	378
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.653	5.656
Outras rubricas	31.411	35.615
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8)	30.356	34.643
Operações de Câmbio	1.055	972
Total	3.916.107	3.625.994
Circulante	1.727.855	1.538.689
Realizável em longo prazo	2.188.252	2.087.305

b. Composição Empréstimos por segmento e tipo de pessoa

	30.09.2017	31.12.2016
Pessoa Física	3.872.943	3.576.720
Consignados	2.676.291	2.534.371
Banparacard	923.724	844.801
Cheque especial	3.935	4.218
Cartão de crédito	17.180	17.296
Sazonais	93.858	1.545
Outros	157.955	174.489
Pessoa Jurídica	5.063	7.384
Cheque empresarial	1.719	2.899
Capital de Giro	1.984	1.865
Outros	1.360	2.620
TOTAL	3.878.006	3.584.104

Notas Explicativas**c. Por faixas de vencimento e nível de risco**

	A	B	C	D	E	F	G	H	30.09.2017	31.12.2016
Parcelas Vincendas (A Vencer)	3.659.122	16.565	85.902	14.642	10.177	20.696	6.413	63.392	3.876.909	3.584.313
Até 30 dias	182.760	2.450	7.462	1.542	960	1.735	536	4.550	201.995	183.244
31 a 60 dias	72.799	1.859	6.255	692	374	1.143	248	2.630	86.000	168.727
61 a 90 dias	249.226	1.378	4.683	758	477	861	303	3.085	260.771	152.912
91 a 180 dias	413.246	2.829	10.273	1.666	1.190	2.042	775	7.921	439.942	328.851
181 a 360 dias	653.976	3.058	14.705	2.423	1.755	2.862	1.187	11.864	691.830	654.748
Acima de 360 dias	2.082.611	4.930	41.666	6.921	5.105	11.733	3.158	32.128	2.188.252	2.087.305
até 14 dias	4.504	61	858	640	316	320	206	1.214	8.119	8.526
Parcelas Vencidas	-	1.073	2.223	2.754	2.709	3.006	3.036	24.397	39.198	41.681
15 a 30 dias	-	1.073	402	83	67	93	65	271	2.054	3.561
31 a 60 dias	-	-	1.821	1085	610	532	392	1925	6.365	5.118
61 a 90 dias	-	-	-	1.586	642	561	460	1961	5.210	4.790
91 a 180 dias	-	-	-	-	1390	1820	2119	6677	12.006	12.898
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	13563.	13563	14.327
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	987
Total em 30.09.2017	3.659.122	17.638	88.125	17.396	12.886	23.702	9.449	87.789	3.916.107	-
Total em 31.12.2016	3.382.052	11.971	76.162	10.783	8.123	19.745	8.879	108.279	-	3.625.994

d. Por Setores de Atividade

Setores	30.09.2017		31.12.2016	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas Físicas	3.903.622	99,68	3.611.493	99,6
Pessoas Jurídicas	6.619	0,17	8.466	0,23
Rural	5.543	0,14	5.560	0,15
Fomento	323	0,01	475	0,02
Total	3.916.107	100	3.625.994	100

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.09.2017		31.12.2016	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	1.318	0,03	1.808	0,05
10 maiores devedores	7.684	0,20	7.556	0,21
20 maiores devedores	10.694	0,27	10.490	0,29
50 maiores devedores	22.293	0,57	21.381	0,59
100 maiores devedores	35.994	0,92	34.036	0,94
Demais devedores	3.838.124	98,01	3.550.723	97,92
Total	3.916.107	100	3.625.994	100

Notas Explicativas**7.2. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisão para créditos de liquidação duvidosa a taxas que variam entre 0,5% e 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	30.09.2017	31.12.2016
Operações de Crédito - Saldo no início do período	(145.832)	(158.514)
Provisões constituídas	(101.116)	(159.007)
Reversões de provisões	55.816	84.310
Valores baixados ou compensados com créditos	59.223	87.379
Saldo final do período	(131.909)	(145.832)
Outros créditos - Saldo no início do período	(1.364)	(908)
Provisões constituídas	(508)	(1.103)
Reversões de provisões	805	647
Saldo final do período	(1.067)	(1.364)
Total de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(132.976)	(147.196)
Circulante	(59.267)	(63.248)
Realizável em longo prazo	(73.709)	(83.948)

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação/ Recuperação

Contas	30.09.2017	31.12.2016
Saldo no início do período	130.134	123.590
Renegociação/Recuperação	86.510	176.362
Recebimentos/Baixas	(91.896)	(169.818)
Saldo final do período	124.748	130.134
Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa	49.053	63.147
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	39,32%	48,52%

7.4. Rendas de Operações de Crédito

	30.09.2017	30.09.2016
Adiantamento a depositante	364	325
Empréstimo	1.012.070	925.232
Financiamento com interveniência	7	14
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	14.838	20.777
Financiamentos rurais	264	337
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	145	60
Total	1.027.688	946.745

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

	30.09.2017	31.12.2016
Circulante	240.548	236.504
Carteira de câmbio	1.050	994
Créditos a receber	1.010	1.028
Serviços prestados a receber	1.010	945
Outras rendas a receber	-	83
Créditos diversos	240.294	237.697
Adiantamento e antecipações salariais	8.981	4.169
Adiantamento para pagamento	66.678	42.547
Créditos tributários - IR/CSLL (a)	23.359	19.157
Devedores por depósitos em garantia (b)	49.568	44.633
Imposto e contribuições a compensar	145	4.552
Pagamentos a ressarcir	827	7.099
Título e crédito a receber (c) (Nota 7.1)	30.356	34.643
Devedores diversos – País (d)	60.380	80.897
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2)	(1.806)	(3.215)
Com caract. de concessão de créditos – BANPARÁ Mastercard (Nota 7.2)	(1.067)	(1.364)
Sem características de concessão de créditos	(739)	(1.851)
Realizável em longo prazo	178.612	200.216
Créditos diversos	178.612	200.216
Créditos tributários - IR/CSLL (a)	178.612	200.216
Total	419.160	436.720

- (a) Os ativos fiscais diferidos de IR e CSLL no montante total de R\$ 201.971 (R\$ 219.373 em 31 de dezembro de 2016) foram constituídos e registrados com base nos fundamentos demonstrados na Nota 18(b).
- (b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. Os valores estão demonstrados na Nota 12(c). O aumento corresponde à atualização dos depósitos judiciais.
- (c) O saldo de Título e Crédito a Receber – Com Característica de Concessão de Crédito – BANPARÁ Mastercard/Cartão BANPARÁ no valor de R\$30.356 (R\$34.643 em 31 de dezembro de 2016) estão assim distribuídos:

Notas Explicativas

	30.09.2017	31.12.2016
BANPARÁ Mastercard	28.993	32.921
Valores a Faturar	3.256	4.223
Faturados a Receber	10.070	9.938
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	15.667	18.760
Cartão BANPARÁ	1.363	1.722
Parcelado sem juros	1.363	1.722
Total	30.356	34.643

(d) O montante de Devedores Diversos – País compreende ao subtítulo Transitória de Consignados, com saldo de R\$ 60.380 (R\$ 80.897 em 31 de dezembro de 2016), e registra os valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

IMOBILIZADO DE USO	Taxa anual	Saldo líquido 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido 30.09.2017
Móveis e equip. estoque	-	1.380	69	-	(84)	-	1.365
Imobilizações em cursos	-	4.659	7.956	0	5.978	-	18.593
Imóveis em uso	4	8.565	-	-	-	(97)	8.468
Móveis e Equipamentos de Uso	10	9.464	999	(68)	-	(1.108)	9.287
Sistema de comunicação	20	4.363	639	(9)	769	(489)	5.273
Sist. proc.dados/Equipam.	20	19.493	17.573	(73)	(6.663)	(6.726)	23.604
Sistema de segurança	10	3.721	781	(57)	-	(488)	3.957
Sistema de transporte	20	47	-	0	-	(16)	31
TOTAL		51.692	28.017	(207)	0	(8.924)	70.578

Notas Explicativas

INTANGIVEL	Taxa anual	Saldo líquido 31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido 30.09.2017
Intangível / Softwares	20	38.070	4.042	-	(1.272)	(8.732)	32.108
Intangível em curso	-	35.974	15.840	-	1.272	-	53.086
TOTAL	20	74.044	19.882	-	-	(8.732)	85.194

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO**10.1. Depósitos****a. Composição por tipo de depósito**

	30.09.2017	31.12.2016
Circulante	4.088.211	3.411.395
Depósitos à vista	616.541	618.872
Depósitos do público	207.301	316.860
Depósitos de instituições financeiras	402	395
Depósitos vinculados	35.883	3.537
Depósitos de Governo	372.955	298.080
Depósitos a prazo	2.093.734	1.364.485
Depósitos de poupança	820.348	825.400
Depósitos interfinanceiros	557.588	602.638
Exigível a longo prazo	1.075.796	1.068.243
Depósitos a prazo	1.075.796	1.068.243
TOTAL	5.164.007	4.479.638

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os depósitos de poupança são atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a TR for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da Taxa SELIC quando a TR for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – Bancoob, Banco do Estado de Sergipe-BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo-BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A - SICREDI um Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

Notas Explicativas**b. Composição dos depósitos por vencimentos**

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.09.2017	31.12.2016
Sem vencimento	616.541	1.071	-	820.348	1.437.960	1.445.052
Até 30 dias	-	29.352	-	-	29.352	159.316
De 31 a 60 dias	-	33.842	149.787	-	183.629	93.164
De 61 a 90 dias	-	159.977	82.395	-	242.372	54.452
De 91 a 180 dias	-	258.434	53.504	-	311.938	206.879
De 181 a 360 dias	-	1.611.058	271.902	-	1.882.960	1.452.532
Acima de 360 dias	-	1.075.796	-	-	1.075.796	1.068.243
Total	616.541	3.169.530	557.588	820.348	5.164.007	4.479.638

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.09.2017	31.12.2016
Sociedades ligadas	353.252	1.625.069	-	-	1.978.321	1.408.866
Pessoas físicas	139.485	736.459	-	778.681	1.654.625	1.611.677
Invest. institucionais	-	15.755	-	-	15.755	25.365
Instituição Financeira	402	-	-	-	402	603.033
Pessoas jurídicas	67.647	584.589	557.588	41.667	1.251.491	734.020
Governo municipal	31.717	207.658	-	-	239.375	94.933
Outros	24.038	-	-	-	24.038	1.744
TOTAL	616.541	3.169.530	557.588	820.348	5.164.007	4.479.638

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado a curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	30.09.2017	31.12.2016
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	55.371	400.039
Recompras a Liquidar - Carteira de Terceiros	-	285.040
Total	55.371	685.079

e. Despesas de captação

	30.09.2017	30.09.2016
Depósitos de poupança	39.780	43.817
Depósitos interfinanceiros	44.024	32.495
Depósitos a prazo	199.230	212.014
Depósitos judiciais	40	240
Operações compromissadas—Carteira própria e Terceiros	13.499	25.277
Letras financeiras	5.900	24.871
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	4.933	4.221
TOTAL	307.406	342.935

Notas Explicativas

11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	30.09.2017	31.12.2016
Circulante	55.665	56.234
Recursos de Letras Financeiras	55.665	56.234
Exigível a Longo Prazo	10.343	10.414
Recursos de Letras Financeiras	10.343	10.414
TOTAL	66.008	66.648

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30.09.2017	31.12.2016
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	21.165	2.165
Sociais e estatutárias	110	40.870
Fiscais e previdenciárias	38.112	27.100
Cheque administrativo	5.691	511
Contrato de assunção de obrigações	2.428	3.289
Obrigações para contribuições ao SFH	1	1
Obrigações por convênios	12.497	10.591
Obrigações por prestação de serviços	11.044	10.286
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	71.722	65.891
Credores diversos – País (b)	42.632	48.230
Passivos para risco – Trabalhista (c)	59.797	35.278
Passivo para risco – Cível (c)	9.867	10.365
Provisão para garantia financeira prestada* (c)	3.237	2.961
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	327	301
Atuarial	5.447	15.697
TOTAL	284.077	273.536

(*) Conforme Carta Circular BACEN nº 3.782, a rubrica “Provisão para riscos fiscais” foi reclassificada de “garantia financeiras prestadas”.

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica “Provisões para pagamentos a efetuar” são:

	30.09.2017	31.12.2016
Provisão com Pessoal	44.877	30.338
Provisão com PLR	6.576	16.863
Provisão para outras despesas administrativas	19.129	17.718
Outros	1.140	972
TOTAL	71.722	65.891

Notas Explicativas

(b) Em 30 de Setembro de 2017 os valores registrados em Credores Diversos - País são compostos em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$30.788 (R\$ 33.853 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente com embasamento nas opiniões de seus assessores jurídicos. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	30.09.2017	31.12.2016
Provável	59.797	9.867	3.237	72.901	48.604
Possível	63.280	-	-	63.280	57.468
TOTAL	123.077	9.867	3.237	136.181	106.072

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	30.09.2017		31.12.2016	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)
Cíveis (i)	1.553	19.757	1.551	18.465
Trabalhistas(ii)	354	6.025	255	4.535
Tributárias (iii)	18	23.786	17	21.633
Total	1.925	49.568	1.823	44.633

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas

Notas Explicativas

individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - O valor das causas com probabilidade de perda provável refere-se a ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. O valor mencionado com probabilidade de perda indicada como possível, refere-se a ações civis públicas propostas contra o Banco, pelo Sindicato dos Bancários do Pará e pela Associação dos Funcionários do Banpará - AFBEPa, cujo objeto é descaracterização de diversas funções de confiança no Banco, redução da jornada de trabalho para 6 horas, 7ª e 8ª horas como extra e reflexos legais, dentre outros pedidos correlatos - dos últimos 05 anos.

(iii) Obrigações tributárias - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de Setembro de 2017, são:

- **CPMF:** R\$3.166 (R\$2.896 em 31 de Dezembro de 2016). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

Notas Explicativas

- **ITR:** R\$71 (R\$65 em 31 de Dezembro de 2016). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	30.09.2017			31.12.2016		
	Trabalhista	Cível	Fiscal	Trabalhista	Cível	Fiscal
No início do período	35.278	10.365	2.961	15.278	11.387	3.023
Atualização monetária	4.363	716	276	3.418	1.392	389
Constituições	28.778	853	-	32.944	83	-
Reversões	(8.026)	(2.035)	-	(13.857)	(257)	(451)
Pagamentos	(596)	(32)	-	(2.505)	(2.241)	-
No final do período	59.797	9.867	3.237	35.278	10.364	2.961

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**13.1. Capital Social**

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.09.2017		31.12.2016	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,97673	9.519.433	99,97673
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,00793	755	0,00793
Administradores	9	0,00009	9	0,00009
Demais Acionistas	1.452	0,01525	1.452	0,01525
Total	9.521.649	100	9.521.649	100

Notas Explicativas

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,02318

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos intermediários e ou intercalares.

Foi pago a título de Juros sobre Capital Próprio o valor de R\$ 29.324 (R\$ 25.472 em 30 de setembro de 2016). Os valores, referentes ao primeiro e segundo trimestres de 2017, aprovados pelo Conselho de Administração em 10.04.2017 e 11.08.2017, e efetivamente pagos em 24.04.2017 e 29.08.2017, respectivamente.

14. GESTÃO DE RISCO

Gestão de Risco e de Capital

No que diz respeito à gestão de riscos e de Capital, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basiléia, alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como processos contínuos o aprimoramento das políticas e dos sistemas informatizados todos integrados aos objetivos estratégicos do

Notas Explicativas

Banco. São acompanhados, mensurados e mitigados os seguintes riscos: Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional. Objetivando tornar as análises dos Riscos Corporativos e de Capital mais acuradas foram adotadas as seguintes ações para o período:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido pela Resolução CMN nº 4.557/17 como possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para identificar e mensurar as posições que expõem a instituição ao risco de mercado, o BANPARÁ calcula diariamente o VaR (*Value at Risk*) por tipo de carteira (*Banking Trading* e Global), por meio da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. A verificação da aderência do modelo é realizada trimestralmente pela técnica de *Backtesting Tunneling*, comparando as projeções com os resultados já obtidos, pelo conceito de túnel (amostra 252 du). Para a validação do modelo é esperado que o percentual de erro não exceda 10%, ou seja, duas vezes o complemento do intervalo de confiança adotado (95%).

Análise de Sensibilidade

O BANPARÁ acompanha o risco de taxas de juros para suas carteiras *trading* e *banking*, com estimativas da variação no valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, utilizando a aplicação de choque nas curvas de juros.

O Banpará classifica suas operações da seguinte forma:

- Classificados na carteira de negociação (*trading book*): composto por recursos de tesouraria negociados com compromisso de revenda e de recompra, lastreados em Títulos Públicos Federais (TPF), aplicações em cotas de fundos de investimento, TPF, títulos privados não classificados na modalidade mantidos até o vencimento e operações de câmbio (*spot*);
- Não classificados na carteira de negociação (*banking book*): constituído por operações de crédito comercial mantidas até o vencimento, operações de captação de recursos e demais operações do Banco sujeitas ao risco de mercado; inclusive TPF e títulos privados não classificados em *trading*, serão classificados como *banking*, desde

Notas Explicativas

que observados o nível de liquidez do papel. Os títulos públicos e privados de baixa liquidez como CVS, CRIs e CCBs serão normalmente classificados na carteira *banking*.

A análise de sensibilidade é realizada de forma segregada, por carteira, no entanto existem operações que não fizeram parte do cálculo, pelo fato do indexador não gerar exposição ao risco de mercado ou porque a exposição não representa 5% do total das exposições *banking*, a exemplo das operações em moedas estrangeiras (*spot*) e operações de financiamento à exportação.

Para subsidiar a análise foram considerados os cenários, conforme instrução da CVM nº 475/08:

Cenário1 - Para a carteira *Banking* os choques foram determinados a partir da diferença dos vértices 252 du e 1 du, tanto para a curva da taxa Pré, como da curva Taxa Referencial. Para a curva Pré foi utilizado o choque de -87 Bp e para curva TR - 67Bp. Considerando o prazo das operações compromissadas, os choques para carteira Trading foram definidos a partir da diferença entre a curva da taxa Pré 21 du e 1 du, o choque usado foi de -14Bp.

Cenário2 - A partir do cenário base, aplicou-se o percentual de 25% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para Banking e 21 du para *trading*) , deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%. Foram aplicados os choques para carteira banking fator de risco Pré de 95Bp e TR 116Bp e para carteira *trading* fator de risco Pré 186Bp.

Cenário3 – A partir do cenário base aplicou-se o percentual de 50% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para *Banking* e 21 du para *trading*), deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%. Foram utilizados choques para carteira *Banking* fator de risco Pré de 277Bp e no fator de risco TR 300Bp, para carteira *Trading* fator de risco Pré utilizou-se 386Bp.

O quadro abaixo demonstra o ganho ou perda no valor de mercado das operações, por carteira, considerando os fatores de riscos, considerando os cenários descritos acima:

Notas Explicativas

			set/17			set/16		
Patrimônio de Referência			888.369.893,13			842.222.564,90		
Carteira	Fator de Risco	Conceito	Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
			1	2	3	1	2	3
Trading	Pré	Exposições sujeitas às variações das taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros.	40	(533)	(1.096)	(27)	(586)	(1183)
			105.527	(110.903)	(311.600)	156.952	(89.713)	(316.013)
Banking	Pré	Exposições sujeitas a variação da taxa referencial: Títulos CVS e Poupança.	3.460	(5.626)	(13.689)	6046	(5.848)	(16.087)
	TR							

O Banco é tolerante à variação das taxas de mercado. Assim, mesmo em cenários em que as variações das curvas de preço possam gerar elevadas reduções no valor de mercado de suas posições, a instituição não pretende realizá-las. Além disso, o processo de gestão de riscos é contínuo, promovendo ações proativas para minimização de grandes impactos.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de capital considera o monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco, para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita. Referente à exigência mínima de capital estabelecida pela autoridade monetária, que corresponde ao Índice de Basileia, cujo valor espelha a relação entre o capital da instituição e o volume de recursos exigidos para fazer face aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o 3º trimestre de 2017 com índice de 21,42% bem acima do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, que corresponde à aplicação do fator F ao montante total do RWA, o qual passou de 11% para 10,5%, considerando-se o 1,25% do Adicional de Capital Principal - ACP, estabelecido pelo

Notas Explicativas

Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

O Banpará calcula apenas o $ACP_{CONSERVAÇÃO}$ em decorrência do fator multiplicador do Bacen ($ACCPi_{BRASIL}$) ser igual a zero, não se fazendo necessário o cálculo do $ACP_{CONTRACÍCLICO}$ e devido não estar enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, também não calcula o $ACP_{SISTÊMICO}$.

O Banco mantém sua política, inclusive com informações adicionais sobre processos de controle de riscos no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA/ Relação com Investidores/ Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos.

Índice de Basileia	30.09.2017	30.09.2016
Patrimônio de Referência - PR	888.369	842.222
Nível I	888.369	842.222
Capital Principal	888.369	842.222
Capital Complementar	0	0
Nível II	0	0
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	4.147.417	4.071.207
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	3.710.335	3.660.622
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas-RWAJUR1	5.635	4.927
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Índices de Preços - RWAJUR3	4.169	0
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	3.680	4.655
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	2.604	0
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	420.994	401.003
Risco Banking - RBAN	71.035	142.217
Valor da Margem	433.698	323.418
Índice de Basileia Banpará - IB	21,42%	20,69%
Adicional de Capital Principal		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	51.843	50.890
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico	0	0
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0	0

15. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

15.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e

Notas Explicativas

respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco (CAFBEF), entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev-Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios: (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev-Renda.

Os Planos de benefícios de complementação de aposentadoria são os seguintes:

a. Plano Básico de Benefício Definido (BD)

Plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Tem em vista assegurar aos seus participantes a suplementação de aposentadoria e pensão, pecúlio por morte e auxílio-reclusão. A partir da implantação do plano de benefícios denominado Prev-Renda, em 20 de dezembro de 2002, este Plano Básico de Benefícios passou a ser considerado em extinção, não recebendo novas inscrições.

O plano de benefício definido é regido pelo regulamento do Plano Básico, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, composto pelos seguintes benefícios:

1. Suplementação de aposentadoria por invalidez;
2. Suplementação de aposentadoria por idade;
3. Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
4. Suplementação da pensão por morte;

Notas Explicativas

5. Suplementação do auxílio-reclusão;

6. Suplementação do abono anual.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo:

Participantes assistidos	30.09.2017	31.12.2016
Quantidade	17	17
Idade média (anos)	72	71
Benefício médio (R\$)	4.454	4.454
Pensionistas		
Quantidade	1	1
Idade média (anos)	71	70
Benefício médio	6.074	6.074

As principais premissas atuariais em 30 de Setembro de 2017 (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional Escala AA por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicada, por inexistirem ativos;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled, por sexo;
- Tábua de serviço: não empregada por inexistirem ativos.

ii) Premissas econômicas

- **Taxa real de desconto atuarial de longo prazo:** 5,53% ao ano, correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2024, selecionada em função do resultado do *duration* do passivo;
- **Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício):** 10,96% a.a., composta pela estimativa de inflação anual (4,82% a.a.) e pela taxa anual de juros (5,86% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.
- **Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício):** 10,96% a.a. composta pela estimativa de inflação anual (4,82% a.a.) e pela taxa de juros (5,86% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.
- **Taxa de rotatividade:** não aplicável;
- **Taxa real de progressão salarial:** não aplicável;
- **Taxa real de reajuste de benefícios:** 0,00%;
- **Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social:** 0,00%;
- **Fator de capacidade para salários:** 97,73%;
- **Fator de capacidade para benefícios:** 97,73%;

Notas Explicativas

- **Taxa esperada de inflação no longo prazo:** 4,82% ao ano (média das estimativas do BACEN para 2017 a 2019);
- **Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios:** os valores foram reajustados pela variação INPC de dez/16 a mai/17 (1,57%).

iii) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: **Não aplicada**
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: dados cadastrais informados pela entidade.

b. Plano Prev-Renda de Contribuição Definida (CD)

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev-Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- 1) Renda temporária;
- 2) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo ou autopatrocinado;
- 3) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- 4) Pecúlio por morte ou por invalidez.

As estatísticas do grupo de assistidos estão demonstradas nos quadros abaixo:

	30.09.2017	31.12.2016
Participantes ativos		
Quantidade	1.158	1.127
Idade média (anos)	46	45
Salário médio (R\$)	7.245	7.123
Participantes assistidos		
Quantidade	240	240
Idade média (anos)	71	70
Benefício médio (R\$)	4.054	7.400
Pensionistas		
Quantidade	88	86
Idade média (anos)	58	58
Benefício médio	2.614	4.897

Notas Explicativas

As principais premissas atuariais em 30 de setembro de 2017 (médias anuais) são:

i) Premissas biométricas

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional Escala AA, por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos multidecrementos.

ii) Premissas econômicas

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 5,53% a.a.; correspondente ao rendimento NTN-B com vencimento em 15/08/2024, selecionada em função do resultado do *duration* do passivo.
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 10,96% a.a., composta pela estimativa de inflação anual 4,82% a.a. e pela taxa anual de juros (5,86% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2016.
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: não aplicável;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 97,74%;
- **Fator de capacidade para benefícios: 97,74%;**
- **Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,82% ao ano;**
- **Atualização monetária aplicada aos salários e benefícios:** os valores foram reajustados pela variação do INPC de dez/16 a mai/17 (1,57%).

iii) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: **Não aplicada**
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

Notas Explicativas

15.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o contido na Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2015 e Resolução CMN 4.424/2015, conforme demonstrado a seguir:

a. Plano de Benefício Definido (BD)

As obrigações atuariais em relação a este plano de Benefício Definido encontram-se parcialmente cobertas pelo ativo líquido do plano. O plano apresentou obrigações atuariais em 30 de setembro de 2017 de R\$8.836 (R\$ 8.595 em 31 de dezembro de 2016) e ativo líquido de R\$6.981 (R\$ 6.963 em 31 de dezembro de 2016), tendo como resultado déficit atuarial em 30 de setembro de 2017 de R\$1.955 (R\$ 1.633 em 31 de dezembro de 2016). A variação na situação atuarial, em relação à posição de 31/12/2016, se deve à alteração da premissa de taxa de juros, reduzida de 5,86% a.a. para 5,53% a.a., adequando-se tal valor ao resultado do *duration* do passivo previdencial, quantificado, com base no cadastro de dez/2016, em 9,78 anos.

Obrigação atuarial Plano BD	30.09.2017	31.12.2016
Saldo inicial	1.633	661
Constituição	322	972
Reversão	-	-
Saldo final	1.955	1.633

b. Plano de Contribuição Definida (PREVRENDA - CD)

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em cotas, sendo reajustado pela variação da quota patrimonial, o que impede a ocorrência de insuficiências financeiras, além de serem concedidos como rendas temporárias, eliminando o risco de sobrevivência. Desta maneira, o risco atuarial inerente ao plano Prev-Renda está concentrado apenas no benefício a conceder, para o qual está previsto, nos casos de invalidez e morte, aporte de contribuições, que complementar o saldo da conta do participante, objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado pelo artigo 25 do Regulamento do Plano Prev Renda foi avaliado em R\$480 (R\$ 456 em 31/12/2016), estando em 30/06/2017, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo na mesma data é de R\$1.273 (R\$ 1.176 em 31/12/2016). Desta forma, a

Notas Explicativas

diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$792 (R\$ 720 em 31/12/2016), não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento pelo Banco de passivo, relativo a este plano de benefícios, nesta reavaliação.

Estímulo à migração

O Banco obrigou-se a conceder, a título de estímulo à migração de participantes do plano BD para o plano CD, o percentual de 16,3767% sobre a folha de salários dos Participantes Ativos, em 180 meses, tendo pago, até 30 de setembro de 2017, 178 parcelas (166 em 30 de setembro de 2016), restando, ainda, 2 parcelas de R\$1.229 a liquidar (14 de R\$ 1.235 em 30 de setembro de 2016).

Obrigação atuarial Planos BD e CD	30.09.2017	31.12.2016
Plano BD	3.032	3.032
Plano CD	2.415	12.665
Total das obrigações sociais	5.447	15.697

15.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei n. 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa n. 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/93.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados e Banco, observado para os empregados os seguintes percentuais, incidentes sobre a remuneração bruta:

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

Notas Explicativas**16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 3.750/09, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, substancialmente nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com o Banco.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As obrigações sociais e por convênios são correspondentes ao passivo atuarial do Banco, bem como a contrapartida na CAFBEP para o incentivo dado pelo Banco para a migração de planos e aposentadoria dos funcionários.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.09.2017	31.12.2016
Estado do Pará		
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	353.252	286.499
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	1.625.069	1.122.367
Caixa de previdência e assistência dos funcionários do Banpará - CAFBEP		
Depósitos à vista	22	17
Obrigações sociais e por convênio (Nota explicativa nº 15.2 a)	5.447	15.697

Notas Explicativas

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	30.09.2017	30.09.2016
Remuneração	1.433	1.406
Diretoria	1.214	1.192
Conselho de Administração	219	214
Participação nos Lucros e resultados	211	274
Administradores	211	274

O Banco não concede empréstimos a seus diretores e membros de seu Conselho de Administração, tendo em vista que essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

17. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de Setembro de 2017, é de R\$ 216.569 (R\$ 81.535 em 31 de dezembro de 2016, é determinada em função de avaliação dos valores e riscos envolvidos.

Notas Explicativas**18. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO****a. Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social**

DESCRIÇÃO	30.09.2017		30.09.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	239.802	310.272	183.183	243.771
Juros s/Capital Próprio	-29.324	-29.324	(25.472)	(25.472)
Base de Cálculo	210.478	280.948	157.711	218.299
Adições (Exclusões)	103.201	32.731	106.541	46.418
Lucro Tributável antes das Compensações	313.679	313.679	264.252	264.717
Base de Cálculo após Compensações	313.679	313.679	264.252	264.717
Alíquota Normal (15% e 20%)	47.052	62.736	39.638	52.943
Adicional do Imposto de Renda (10%)	31.350	-	26.407	-
IR e CSLL Devido	78.402	62.736	66.045	52.943
Programa de Alimentação ao Trabalhador	-1.882	-	(119)	-
Incentivos Fiscais	-250	-	(318)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	-216	-	(197)	-
Vale Cultura	-	-	(396)	-
IR e CSLL a Pagar	76.054	62.736	65.015	52.943

Conforme Medida Provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169, de 2015, a alíquota da CSLL passou a ser de 20% no período compreendido entre 1º/09/2015 e 31/12/2018.

b. Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 201.971, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, ativadas em 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, sendo R\$ 123.656 mil decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e R\$ 78.315 decorrentes da aplicação da alíquota de 15% (até base 08/2015) e 20% (base 09/2015) de CSLL sobre a base de Operações para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Notas Explicativas

O procedimento de baixas dos créditos registrado no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa será realizado com base nas Perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de Setembro de 2017:

Créditos Tributários	31.12.2016	30.09.2017		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	133.324	-	(9.668)	123.656
Diferença Temporária - CSLL	86.049	-	(7.734)	78.315
Total	219.373	-	(17.402)	201.971

Até 30 de Setembro de 2017, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 299.771 (R\$ 299.771 em 31 de Dezembro de 2016) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, sendo que R\$ 68.967 foi realizado ao longo dos exercícios.

Créditos Tributários	31.12.2016	30.09.2017		
	Saldo	Ativação	Realização	Saldo
Diferença Temporária-PCLD	219.373	-	(17.402)	201.971
Total	219.373	-	(17.402)	201.971

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Projeção de realização	2017	2018	2019	2020	2021	2022 a 2026	Total
Créditos Tributários de I.R	3.207	13.109	11.828	11.887	11.946	67.754	126.250
Créditos Tributários de C. Social	2.566	10.488	9.462	9.509	9.557	40.658	87.455
Total dos créditos	5.773	23.597	21.290	21.396	21.503	108.412	213.705
Taxa média de captação a.a. (%)	8,76%	7,53%	7,40%	7,36%	7,00%		
Valor presente dos créditos tributários	5.181	19.692	16.542	15.485	14.545		

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados, que inclui a majoração da alíquota da CSLL, em 30 de setembro de 2017 totalizavam R\$ 63.752 (R\$ 66.261 em 31 de dezembro de 2016). O Banco possui ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 79.390 conforme abaixo, sem o registro nas Informações Trimestrais. Em 30 de Setembro de 2017, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2016	30.09.2017			
	Saldo	Reversão	Constituição	Saldo	Ativo Fiscal Diferido
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	16.136	-	54.357	70.493	31.721
Provisão para Passivos Trabalhistas	35.278	-	24.519	59.797	26.296
Provisão para Ações Cíveis	10.365	(498)	-	9.867	3.815
Provisão para Riscos Fiscais	2.961	-	276	3.237	1.311
Provisão para Outros Valores e Bens	1.521	(13)	-	1.508	609
Total das Adições Temporárias	66.261	511)	79.153	144.903	63.752

Notas Explicativas**19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS****19.1. Outras receitas/despesas operacionais**

Outras receitas operacionais	30.09.2017	30.09.2016
Recuperação de encargos e despesas	186	209
Atualização monetária de INSS	-	583
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.601	4.028
Atualização monetária de valores ativos	96	45
Atualização monetária de IR e CSLL a Compensar	-	132
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	1.595	3.217
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	243	551
Provisão Férias, 13º Salário e Lic. Prêmio	4.447	1.918
Ações Judiciais	9.789	2.031
Outras	429	46
Total	20.386	12.760

Outras despesas operacionais	30.09.2017	30.09.2016
Carteira imobiliária	11	19
Despesas de desc. Concedidos em renegociações.	20	32
Despesa atualização de impostos e contribuições	276	296
Atualização monetária de valores passivos	0	122
Atualização ações judiciais	31.483	23.879
Ações judiciais	913	4.819
FCVS - Ajuste Rap/Refin	4.940	819
Variação e dif. Tx – disponib. em moeda estrangeira	1.004	2.251
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	275	468
Outros créditos	26	25
Despesas de Outros créditos de liquidação	482	971
Outras	1.020	570
Total	40.450	34.271

Notas Explicativas**19.2. Resultado não operacional**

Outras receitas (despesas) não operacionais	30.09.2017	30.09.2016
Desvalorização de outros valores e bens	13	270
Recuperação de clonagem de cartões e boletos	-	1
Insubstâncias passivas	742	25
Superveniências ativas	15	9
Lucros em transações com valores mobiliários	112	948
Diferença de caixa - mnp-05010202/a	137	225
Descumprimento de Contrato com Fornecedores	1.325	225
Recuperação de crédito previdenciário	-	2.814
Outras receitas não operacionais	215	1.106
Insubstâncias ativas	(951)	(5.070)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(21)
Clonagem de Cartões e Boletos	(119)	-
Superveniências passivas	(4)	(1)
Roubo por assalto	(972)	(2.605)
Outras	(336)	(379)
Total	177	(2.453)

19.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de prestação de serviços	30.09.2017	30.09.2016
Rendas de adm. de fundos de investimentos	144	140
Rendas de adm. fundos de desenvolvimentos	1.463	1.529
Rendas de transferências de fundos	1.004	992
Rendas de cobrança	175	48
Rendas de pacotes de serviços - PF	36.224	30.300
Rendas de serviços diferenciados - PF	755	489
Transferência internacional - Banpará Mastercard	22	16
Transferência nacional - Banpará Mastercard	2.072	2.196
Compensação de documentos	3.013	2.688
Outras	541	591
Total	45.413	38.989

Notas Explicativas**19.4. Rendas de tarifas bancárias**

Receita de Tarifas Bancárias	30.09.2017	30.09.2016
Confecção de cadastro	0	3
Exclusão do cadastro emitentes cheques s/fundos	183	218
Contra ordem, posição e sustação de cheques	14	16
Fornecimento de folhas de cheque	112	125
Saque de conta depósitos à vista e de poupança	1.880	1.956
Cheque Administrativo	11	12
Fornecimento de extrato mensal ou de período	106	154
Transferência por meio Doc/Ted	186	144
Concessão de adiantamento a depositante	377	480
Cartão de crédito básico – anuidade	1.848	1.798
Cadastro	30	38
Contas de depósitos	2.951	2.256
Transf. Entre contas da própria instituição	49	61
Transferência de recursos	1.505	1.276
Operações de crédito	110	131
Rede Compra	1.292	1.176
Manutenção C/C	803	278
Comissão sobre seguros vendidos – Sulamérica	1.475	66
Outras Rendas	1.316	1.883
DMUT – DETRAN	2.628	2.560
Convênio Empresas Privadas	1.382	1.206
Salário – Prefeitura Municipal	1.059	939
Convênios	2.845	2.642
Total	22.162	19.418

19.5. Despesa de pessoal

Despesas de pessoal	30.09.2017	30.09.2016
Honorários	1.529	1.489
Encargos Sociais	54.923	50.984
Benefícios	39.101	34.927
Proventos	149.077	120.539
Renumeração de Estagiários	1.048	1.130
Treinamento	1.543	1.588
Total	247.221	210.657

Notas Explicativas**19.6. Outras despesas**

Outras despesas administrativas	30.09.2017	30.09.2016
Água e Energia	6.328	5.444
Aluguéis	11.610	8.515
Comunicações	19.594	17.658
Contribuições Filantrópicas	188	115
Manutenção e Conservação de Bens	7.008	5.630
Material	1.730	1.290
Processamento de Dados	59.959	49.652
Promoções e Relações Públicas	4.311	4.262
Propaganda e Publicidade	9.815	5.284
Publicação	453	1.411
Seguro	107	170
Serviços do Sistema Financeiro	25.550	14.806
Serviços de Terceiros	9.841	17.292
Serviços de Vigilância	33.298	28.739
Serviços Técnicos Especializados	4.606	5.912
Transportes	13.241	12.018
Viagens	714	623
Multas Aplicadas	1	19
Amortização	8.732	6.863
Depreciação	8.924	8.808
Outras	5.356	3.981
Total	231.366	198.492

19.7. Despesas tributárias

Despesas tributárias	30.09.2017	30.09.2016
Contribuição ao PIS/PASEP	5.953	5.101
Contribuição ao COFINS	36.634	31.393
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS	3.398	2.861
Outras	1.036	770
Total	47.021	40.125

20. Outras Informações

No curso normal das atividades de fiscalização das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil (BACEN) vem realizando fiscalizações no Banco, o que culminou na emissão de determinados Ofícios, em especial sobre os procedimentos e controles da área de operações de crédito, cujos assuntos reportados pelo BACEN estão sendo tratados e implementados pela Administração do Banco e, ainda, objeto de verificação final pelo referido Órgão Regulador e Fiscalizador.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administração do
Banco do Estado do Pará S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três a nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A informações contábeis intermediárias, relativas a Demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de nove meses, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão, executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 10 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado o Balanço Patrimonial levantado em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao trimestre findo naquela data, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 08 de novembro de 2017.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017 do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 10 de novembro de 2017.

Augusto Sérgio Amorim Costa
Diretor Presidente

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor

Márcia Regina Maués da Costa Miranda
Diretora

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Eugênio Luis de Sousa Pessoa
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017 do Banco do Estado do Pará S/A – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 10 de novembro de 2017.

Augusto Sérgio Amorim Costa
Diretor Presidente

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Diretor

Márcia Regina Maués da Costa Miranda
Diretora

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes
Diretor

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo
Diretora

Eugênio Luis de Sousa Pessoa
Diretor